

-----ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE JANEIRO DO
ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO:-----

-----Ao trigésimo primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no Cineteatro “Camacho Costa” de Odemira uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Ana Maria de Oliveira Aleixo, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelo Senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Segundo Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do artigo vigésimo oitavo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Ponto Único: *DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE SANTA CLARA - RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO.* -----

-----Participaram nesta reunião trinta e três Membros da Assembleia Municipal, a saber: Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Ana Maria de Oliveira Aleixo, Ana Paula Marques Pereira, António Manuel Viana Afonso, António Paulo Correia Maeiro, Daniel Sobral Balinhas, Dário Filipe Conceição Guerreiro, Dinis Manuel Campos Nobre, Fátima do Nascimento Cabeleira Teixeira, Fernanda Isabel Ramos Guerreiro de Almeida, Fernando Manuel da Conceição Guerreiro, Fernando Manuel Martins da Silva Peixeiro, Francisco António Caetano Lampreia, Inês Filipa Lebres Hilário, João Palma Quaresma, João Pedro da Silva Cruz, Luís Pedro Colaço Freitas, Manuel de Jesus Campos, Manuel de Matos Sobral Penedo, Maria da Glória das Neves Gonçalves Pacheco, Maria Luisa Vilão palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Miguel Alexandre Vasconcelos Lourenço, Miguel Forte Prista Monteiro, Nuno Góis da Costa Nogueira, Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte, Pedro Alexandre Guerreiro Paleta, Raquel Maria da Glória Guerreiro, Ricardo Jorge Ruas Cesário, Rita do Carmo Fortunata Balbino Freitas Costa, Sónia Cristina Dias Marques

Encarnação, Teresa Alexandra Pereira Bernardino e Vera Lúcia Montes Raposo. -----

----- Não compareceu o membro Marcelo do Carmo Pacheco da Silva.-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas:-----

----- - à Senhora Raquel Maria da Glória Guerreiro que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Ana Filipa da Costa Catarino, eleita pelo Partido Socialista; -----

----- - à Senhora Rita do Carmo Fortunata Balbino Freitas Costa que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Joana da Silva Guerreiro Gregório, eleita pelo Partido Socialista; -----

----- - à Senhora Sónia Cristina Dias Marques Encarnação que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Tânia Cristina Guerreiro Neves, eleita pelo Partido Socialista; -----

----- - ao Senhor Pedro Alexandre Guerreiro Paleta que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Maria Manuela Gonçalves Moreira, eleita pelo Partido Socialista; -----

----- - ao Senhor Luís Pedro Colaço Freitas que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de

dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir o Senhor Manuel Pedro Gonzalez Fontinhas Lameira Serralha, eleito pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira. -----

-----Confirmando-se o quórum, pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião. -----

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes: Hélder António Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira; Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Pedro Miguel Viana Rebelo Ramos, e Isabel Vieira da Silva Palma, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

-----Compareceram também a esta sessão os seguintes Convidado(a)s: -----

----- - Eng.º Carlos Chibeles, Eng.º Costa Gomes e Dr.ª Maria Gomes, em representação da Associação de Beneficiários do Mira (ABM) e da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR); -----

----- - Eng.º José Paulo, em representação das Águas Públicas do Alentejo (AgdA); -----

----- Eng.º João Edgar Rebelo Vicente Campos. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu adesão dos convidados ao convite endereçado pela Assembleia Municipal para participarem na presente sessão e, bem assim, informou que também haviam sido convidados, o Senhor Ministro da Agricultura; e o Presidente do Conselho de Administração da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que não puderam comparecer. -----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal iniciou a presente sessão fazendo um resumo das razões que motivaram o agendamento da mesma: “Cabe a mim fazer aqui uma breve apresentação do historial deste processo, porque nos parece tem havido por um lado um certo desconhecimento, por outro lado, se calhar uma certa confusão, queremos nós querer, mas

esta Assembleia não esteve de todo com falta de seriedade, à espera e a protelar uma tomada de decisão. Aliás, isto é o meu segundo mandato, portanto, em quase oito anos, não me lembro, disso ter acontecido alguma vez, tendo em conta os meus antecessores todos, atrevo-me a dizer que duvido que alguma vez tenha sido essa a performance das Assembleias Municipais anteriores e, portanto, nós somos pessoas adultas e sérias e nunca é nossa intenção não votar um tema, porque nos apetece, isso nunca aconteceu em outra ocasião e, portanto, passou-se exatamente a mesma coisa com este ponto concreto que, ao fim de um ano ainda está aqui para ser decidido. -----

----- Este processo começa há cerca de um, ano em vinte e dois de janeiro de dois mil e vinte e quatro, quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, endereça um ofício à Assembleia Municipal, onde pede que seja votado uma Declaração de Interesse Público Municipal para a Estação Elevatória de Santa Clara-a-Velha. Era necessário para que o processo avançasse, que fosse reconhecido Interesse Público Municipal e, portanto, teria que ir à Assembleia Municipal de fevereiro. -----

----- Sucede que, em catorze de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, por e-mail endereçado a esta Assembleia às quinze horas e cinquenta e um minutos, recebemos um e-mail enviado pela Direção Eleita da Associação dos Beneficiários do Mira, onde nos é feita uma exposição algo extensa relativamente a uma série de questões das mais diversas índoles, mas todas elas relacionadas com esta questão da estação elevatória da barragem de Santa Clara-a-Velha e obviamente, recebendo nós esse e-mail, tivemos que proceder à sua análise e tivemos que enviar para os Senhores Deputados essas questões que estavam a ser levantadas por forma a podermos ser o mais célere possível e podermos na Assembleia de fevereiro ter as questões todas esclarecidas, para votar este ponto. -----

----- O que a Assembleia Municipal fez foi dirigir ao Senhor Presidente da DGADR uma comunicação onde, depois de explicarmos aquilo que estava a acontecer, terminámos dizendo o

seguinte: «“face às várias questões levantadas e informações prestadas nesta carta, entendemos ser de toda a conveniência solicitar-vos que nos prestem todos os esclarecimentos que entendam pertinentes e necessários para uma correta análise da problemática e que nos enviem cópia de todos os pareceres e respostas que se faz alusão na mesma.”» Portanto, isto foi enviado para DGADR no dia dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, e simultaneamente para o Ministério da Agricultura e para o Senhor Ministro. -----

-----No dia vinte de fevereiro foi enviado pela DGADR, um e-mail para a Câmara Municipal. Esse e-mail não foi endereçado à Assembleia Municipal, apesar de ter sido a Assembleia Municipal a endereçar a comunicação à DGADR. Como poderão vocês imaginar, não vem diretamente para a Assembleia, ele entra pelo percurso normal de qualquer expediente da Câmara Municipal e só chega ao nosso conhecimento já muito em cima da Assembleia Municipal de fevereiro. Basicamente, posso-vos dizer que essa resposta tinha página e meia, onde realço a resposta do Senhor Diretor Geral: “a Assembleia Municipal veio colocar dúvidas e pediu esclarecimentos, esclarecimentos, esses adicionais que não estão relacionados com o projeto da estação elevatória de Santa Clara, mas, sobretudo com uma carta aberta remetida à Presidente da Assembleia Municipal, aos representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal de Odemira e ao movimento Juntos pelo Sudoeste, então esta comunicação não foi dirigida a DGADR, pelo que nada há a acrescentar”.-----

-----Da mesma forma, o Senhor Secretário de Estado responde dirigindo-se a nós, da seguinte forma: “remeto para a Assembleia Municipal, exatamente a mesma resposta que o senhor Diretor-Geral já vos enviou”. -----

-----Da mesma forma, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, a vinte e cinco de março de dois mil e vinte e quatro, a quem nós não dirigimos nenhuma comunicação, vem dirigir-nos também uma comunicação com cerca de uma página, onde nos pede que tomemos uma decisão. -----

----- Face a isso e depois já ter sido realizada a Assembleia Municipal de fevereiro e de não termos podido deliberar este ponto por ausência de esclarecimentos, no dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e quatro, esta Assembleia volta novamente a dirigir ao Presidente DGADR, uma outra comunicação onde refere e passo a realçar o seguinte: “Entendeu por bem esta Assembleia, enviar para V/ Exa. (assim como para a Exma. Senhora Ministra da Agricultura e o Exmo. Senhor Ministro do Ambiente) cópia da supra referida carta, o que fizemos em dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, tendo o último parágrafo da nossa carta o seguinte conteúdo: “Face às várias questões levantadas e informações prestadas nessa carta, entendemos ser de toda a conveniência solicitar-vos que nos prestem todos os esclarecimentos que entendam pertinentes e necessários para uma correta análise da problemática e que nos enviem cópia de todos os pareceres e respostas a que se faz alusão na mesma. Estranhamente, a carta que nos foi enviada por V/ Exa. não prestou quaisquer esclarecimentos, nem tão pouco nos foram enviados os pareceres cuja cópia vos solicitámos. Sendo de tamanha importância e interesse, como todos nós reconhecemos, a deliberação à cerca do reconhecimento do interesse público municipal da Estação Elevatória de Santa Clara, não conseguimos perceber como V/ Exa. na V/ resposta omitiu a parte essencial da mesma: prestar os esclarecimentos solicitados e enviar cópia dos pareceres que foram requeridos. Optámos, desta vez por colocar as questões concretas que pretendemos ver esclarecidas, julgando que assim talvez seja mais fácil perceber o que pretende este Órgão saber.” -----

----- Então dirigimos quinze questões ao Senhor Presidente da DGADR e concluímos dizendo o seguinte: “vem esta Assembleia reiterar a V/ Exa. o pedido que já havia sido formulado anteriormente, desta vez escarpelizando de forma mais direta as questões que entendemos serem as pertinentes. Tendo em conta que a próxima Assembleia Municipal de Odemira será no final de abril de dois mil e vinte e quatro, tendo em conta que V/ Exa. nos solicitou uma tomada de posição urgente e tendo em conta que a nossa tomada de posição

depende dos esclarecimentos de V/ Exa., vimos pedir-lhe o favor de nos responder às questões formuladas com a maior brevidade possível.” -----

-----Em oito de abril de dois mil e vinte e quatro, já então, desta vez, dirigido à Assembleia Municipal de Odemira foi rececionada, uma comunicação do Senhor Diretor Geral, onde em jeito de resposta feita numa coluna, portanto, faz uma coluna com as perguntas e uma outra coluna com as respostas, sendo que nenhuma tem mais do que quatro linhas e no fim termina dizendo isto: “A grande maioria das questões aqui indicadas nada relevam para a empreitada da nova Estação Elevatória e para a necessidade urgente da tomada de decisão sobre a Declaração solicitada há cerca de dois meses. Neste contexto, esta Direção Geral está convicta no interesse da Autarquia de Odemira na remodelação do sistema elevatório e da pertinência e premência deste assunto, colocando-se à disposição de V. Exa para prestar qualquer outra informação técnica complementar para a viabilização e concretização deste projeto.” -----

-----Em quinze de abril de dois mil e vinte e quatro, a tal Direção Eleita da Associação dos Beneficiários do Mira, volta a dirigir uma comunicação a esta Assembleia, onde faz a junção de um parecer, portanto, indica-nos mais uma série de questões e de situações que deveríamos ter em consideração e, paralelamente, envia-nos um parecer elaborado por Senhor Engenheiro João Edgar Rebelo Vicente Campos, aqui presente nesta sala, dando conhecimento a esta Assembleia de três soluções que haviam sido pensadas e estudadas e com conclusões que nós tomámos o devido conhecimento e que em discussão em Assembleia Municipal, percebemos que este parecer pugnava uma solução diferente daquela que estava a ser avançada pelo projeto, cuja a Declaração de Interesse Público Municipal nos estava a ser apresentada. Nomeadamente diz-nos o seguinte: “A solução em jangada, embora apresente melhores desempenhos nos grupos de bombagem, o risco de funcionamento em condições é superior ao da segunda hipótese da solução um, dado o desconhecimento da variação do NPSH disponível na instalação; Perspetiva-se maior consistência para o funcionamento da solução de mastros de

transferência do que na solução de jangada; A solução de mastros de transferências revelou-se eficaz e com baixos custos de manutenção e de exploração a não ser o consumo energético, se espera vir a ser compensado pela produção fotovoltaica de energia; A opção da solução dois será mais exigente, dado que possui aleatoriedades maiores, colmatação de grelhas e ondulação; O funcionamento da solução dois, considerada ascensão e descida vertical, sem deslocamentos laterais, é só uma visão pois é difícil de implementação; A viabilidade técnica de uma jangada que pode ter um percurso, ascensional que varia quarenta e dois metros com os pontos de ligação da parte flexível aos pontos fixos a serem solicitados nesta variação, poderá onerar significativamente a exploração da instalação.” -----

----- Portanto, chegou ao poder da Assembleia Municipal, em meados de abril, este parecer subscrito pelo Senhor Engenheiro. -----

----- Nessa medida em vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, já depois da Assembleia Municipal, entretanto realizada, onde, por consenso se decidiu remeter este ponto novamente para a Assembleia de vinte e oito de junho, enviámos nova comunicação ao Senhor Diretor Geral da DGADR, onde explicámos que havia chegado ao nosso conhecimento este parecer subscrito pelo Senhor Engenheiro e enviámos exatamente essa solução técnica e dissemos que ele era diferente e parecia-nos desfavorável à solução que estava a ser avançada e cujo a Declaração de Interesse Público Municipal nos estava a ser pedida. -----

----- Voltámos a pedir colaboração da DGADR e pedimos que, com urgência, nos fossem enviados todos os pareceres que sustentaram a decisão da DGADR sobre a solução técnica que foi proposta para que pudéssemos proceder à sua análise, em contraponto com o parecer de que já dispúnhamos. -----

----- Em junho de dois mil e vinte e quatro, o Presidente da DGADR, vem mais uma vez, dirigir-nos uma comunicação, onde não nos envia o que nós estávamos a solicitar e referia que, basicamente, as soluções desenvolvidas no projeto da ABMira não respondem aos requisitos

fixados por esta Direção-Geral, motivo pelo qual a DGADR decidiu pelo desenvolvimento de um projeto autónomo para esta estação elevatória elaborada pelos consultores, Engenheiros do Sul, Lda., e no final, diz: “informa-se que esta Direção-Geral aguarda, a muito curto prazo, a emissão da Declaração de Interesse Público Municipal para a prossecução do Projeto da Estação Elevatória da Albufeira de Santa Clara, pois está em causa o seu financiamento garantido.”-----

-----Como não estávamos a conseguir aquilo que precisávamos, que era o esclarecimento dos pareceres e as motivações que levaram àquela decisão técnica então pensámos que, não estávamos a conseguir por escrito chegar a lado nenhum, já tinha passado metade do ano e nós também queríamos decidir. Então decidiu-se convidar o Senhor Diretor-Geral para estar presente numa Assembleia Municipal, para que nós pudéssemos todos esclarecer estas questões. -----

-----Então, a onze de junho, endereçamos um ofício ao Senhor Diretor-Geral, a dizer que iria ocorrer uma Assembleia Municipal no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro e tendo em conta que as respostas até agora não eram esclarecedoras, convidávamos o Senhor Diretor-Geral a estar presente nessa Assembleia Municipal Ordinária. -----

-----Recebemos a vinte e sete de junho, portanto, na véspera à tarde dessa Assembleia Municipal, um e-mail a dizer que o Senhor Diretor-Geral, devido a motivos de saúde, não podia comparecer, compreendemos perfeitamente e, tendo em conta que essa sessão se desdobrou para cinco de julho, voltámos novamente a enviar nova comunicação ao Senhor Diretor-Geral, onde dissemos que muito nos honraria com a sua presença na segunda reunião daquela sessão para então esclarecer as questões que lhe tínhamos dirigido e que continuavam por resolver. ----

-----A três de julho de dois mil e vinte e quatro, dois dias antes da realização dessa assembleia, recebemos novo email a comunicar que o senhor Diretor-Geral continuava impossibilitado de participar presencialmente na reunião agendada para o dia cinco de julho,

por questões médicas. -----

----- Como também não estávamos então a conseguir, pensámos que poderia ser um obstáculo o facto de estarmos a ser nós a impor as datas ao Senhor Diretor-Geral, então pensámos numa terceira solução, ou seja, de pedir ao Senhor Diretor-Geral que ele próprio indicasse três datas, para se deslocar a esta Assembleia e faríamos nós, apesar de sermos mais de uma dezena, faremos nós o esforço de conseguirmos estar presentes numa data que seja conveniente ao Senhor Diretor-Geral. E estamos em julho!-----

----- Enviámos a dez de julho uma comunicação ao Senhor Diretor-Geral, onde dissemos que esta Assembleia decidiu estar disponível para a realização de uma sessão extraordinária dedicada somente esta temática e pedimos a indicação de três datas e horas que possibilitassem a vinda a Odemira para a realização dessa mesma Assembleia. -----

----- Estranhamente, a vinte e um de agosto, recebemos da Direção-Geral um e-mail onde apenas foi disponibilizada uma reunião privada nas instalações da Câmara Municipal de Odemira, reunião privada esta que contaria da parte da Direção-Geral com a presença do Senhor Diretor-Geral, da Equipa Técnica, constituída pela Senhora Engenheira Cláudia Brandão, Diretora de Serviços de Regadio, Senhora Engenheira Gabriela Salvado, Chefe de Divisão das Infraestruturas Hidráulicas e pelo Engenheiro Pedro Brito. Nós não ficámos a perceber o que é que era esta reunião privada, e com quem? Privada com quem se nós somos um Órgão Colegial? -----

----- Endereçamos a vinte e três de agosto, dois dias depois desta resposta, uma comunicação ao Senhor Diretor-Geral, onde dissemos que havia unanimidade quanto à aceitação da realização de uma reunião com a equipa proposta que poderá ter lugar no dia treze de setembro pelas quinze horas, que era uma data sugerida pelo Senhor Diretor-Geral, convocando-se para o efeito uma Assembleia Municipal Extraordinária. Dada a pertinência relevância da temática, todos os membros da Assembleia querem estar presentes e por forma a

que possam estar dispensados dos respetivos empregos, a solução passa por convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária. Tendo em conta que eu estaria fora durante determinado período de tempo, pedi a confirmação até ao dia vinte e seis de agosto, para que pudéssemos enviar a respetiva convocatória aos membros da Assembleia Municipal. -----

-----Nada de resposta!-----

-----Então no dia dezassete de setembro de dois mil e vinte e quatro, enviámos nova comunicação ao Senhor Diretor-Geral a dizer que: “na sequência dos convites endereçados anteriormente a V.Exa. para estar presente nas sessões da Assembleia Municipal, cumpre-me informar V.Exa. que a irá realizar-se no próximo dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas, a sessão ordinária de setembro desta Assembleia Municipal.”, Mais uma vez, pedimos a presença do Senhor Diretor-Geral. -----

-----Entretanto, nenhuma resposta recebemos novamente. -----

-----Então, todos juntos em Assembleia, pensámos o que fazer tendo em conta que estamos em outubro, dez meses depois de nós fazermos de todas as maneiras e mais algumas tentativas, com toda a imaginação e o poder de imaginação que tivemos para conseguir ter os esclarecimentos necessários que nos permitissem decidir, porque queríamos decidir! Queríamos deliberar! Nós próprios não estávamos confortáveis com o facto, de estarmos constantemente a adiar a tomada de posição deste ponto. -----

-----Então, lembramo-nos que em julho, aquando da realização da FACECO no concelho de Odemira, na freguesia de São Teotónio, o Senhor Secretário de Estado da Agricultura se tinha comprometido primeiro em privado perante mim, mas depois publicamente para todos os presentes, quando expressou na FACECO, tendo referido isto: “se mais ninguém se disponibilizar para estar presente na Assembleia para prestar os esclarecimentos, eu vou!” -----

-----Então pensámos pode ser que esteja aqui a solução, vamos endereçar ao Senhor Secretário de Estado uma comunicação a pedir a sua presença numa Assembleia Municipal. ----

----- Dessa forma, a oito de outubro de dois mil e vinte e quarto, demos conhecimento ao Senhor Secretário de Estado das várias démarches feitas até aí e nomeadamente também de uma Moção apresentada pela Iniciativa Liberal na Assembleia de vinte e sete de setembro e que havia sido aprovada por unanimidade.-----

----- Acontece que, apesar do compromisso assumido na FACECO publicamente no seu discurso aquando da visita a esta feira, não conseguimos ter a presença do Senhor Secretário de Estado, nem resposta. É que nem a presença, nem a resposta! -----

----- Voltamos a endereçar em novembro de dois mil e vinte e quarto, uma comunicação ao Senhor Diretor-Geral da DGADR que basicamente nos tinha dito que podiam responder, aliás, tinha avançado com o tal convite para a tal reunião privada, e eu respondi ao Senhor Diretor-Geral a dizer: “venho informá-lo que não detenho poderes, enquanto Presidente de um órgão colegial, para instar todas as bancadas políticas a reduzirem a escrito e previamente todas as questões que pretendem ver respondidas. Relembro que eu própria enderecei, há sete meses, a V/ Exa. quinze questões, cujas respostas dadas não se mostraram suficientes para sanar as dúvidas existentes. A premência do assunto e a necessidade de haver um diálogo franco e aberto acerca da problemática em questão, impõe uma presença junto desta Assembleia Municipal, para sanar todas as questões que existem presentemente e que possam surgir na sequência das respostas que forem dadas. Isso só se consegue com imediação, até porque o tempo urge e desde o início de dois mil e vinte e quatro (janeiro e fevereiro) que solicitamos colaboração de V/ Exa., de diversas formas, sem sucesso.”-----

----- Terminou em novembro, esta nossa tentativa de todas as formas e mais algumas, de por concordância e com datas previamente conversadas com o Senhor Diretor-Geral e com o Senhor Secretário de Estado, para estarem aqui presentes. Terminou! -----

----- Então decidimos, convocar uma Assembleia Extraordinária e endereçar os convites formalmente, e é por isso que nós hoje aqui estamos! E mais uma vez, não contamos com a

presença do Senhor Diretor-Geral, nem com a presença do Secretario de Estado, nem com a presença do Senhor Ministro e, portanto, neste caso, a DGADR faz-se representar pela Associação de Beneficiários do Mira.-----

-----Fazendo aqui só uma ligação para uma outra situação que eu também acho muito importante ser falada hoje. Já em janeiro, tivemos nós Assembleia Municipal, conhecimento de uma Newsletter da Associação dos Beneficiários do Mira, dirigida aos seus associados e, como a Associação de Beneficiários do Mira sabe, porque recebeu a nossa comunicação, nos deixou profundamente chateados, ofendidos, magoados e com uma sensação de injustiça enorme! E este meu enorme historial que acabei aqui de fazer, talvez um pouco chato, mas acho que é tempo de uma vez por todas as pessoas perceberem tudo o que esta Assembleia tentou fazer desde janeiro de dois mil e vinte e quatro até agora para obter esclarecimentos e não conseguiu!

-----Coloco à disposição de quem quiser, basta fornecerem o vosso e-mail à Carolina Pereira, que é a nossa secretária da Assembleia Municipal, para vos ser enviada toda a documentação detalhada que eu agora aqui resumi! E eu, enquanto Presidente deste Órgão, aceito, como os meus colegas, de certeza, aceitam todo o tipo de críticas e mais algumas de quem ler e perceber aquilo que se fez! Não aceito e tenho a certeza que os meus colegas também não, as acusações levianas, as acusações de quem não sabe todo o trabalho que tem sido aqui feito e muito menos as acusações de quem sabe! E, portanto, não foi correto, não foi leal, não foi justo! Depois de tudo o que eu acabei aqui de explicar que seja enviada uma Newsletter aos associados da Associação de Beneficiários do Mira, a imputar responsabilidade pelo atraso de uma tomada de decisão a esta Assembleia e isso eu, como Presidente deste Órgão, não aceito!-----

-----Pedi endereçando uma comunicação à Associação de Beneficiários do Mira que repusesse a verdade dos factos, porque se nós queremos, tal como os órgãos de comunicação social e isto é uma newsletter, se nós queremos esclarecer, temos que esclarecer com verdade! e

se nós omitimos a verdade é porque a verdade não nos convém. Então compete-me a mim repor a verdade, já que a Associação de Beneficiários do Mira não o fez, mas certamente não nos iremos ficar por aqui, até porque eu expliquei nessa comunicação que, caso não fosse a Associação de Beneficiários do Mira a repor a verdade e a retratar-se perante esta Assembleia Municipal daquilo que insinuou na sua Newsletter, seríamos nós a fazê-lo e uma dessas formas é precisamente esta, disponibilizar a quem quiser toda esta troca de correspondência, todas as cartas que nos foram dirigidas, todos os pareceres que dispomos e todas as razões das nossas dúvidas, para que todos possam concluir da forma que entenderem! Agora o que se passou foi isto, há mais de um ano que esta Assembleia luta para que nos esclareçam o que queremos ver esclarecido, pode ser ridículo, pode ser despropositado, pode não ter razão nenhuma, mas são as nossas dúvidas e nós somos um Órgão democraticamente eleito, tal e qual como os Órgãos democraticamente eleitos em Lisboa e a nível nacional. Somos um bocadinho menos? Talvez! Se estivéssemos a falar de uma hierarquia, mas aqui no nosso território somos nós, nós fomos escolhidos pelos munícipes para os representar e se nós por unanimidade com todas as bancadas políticas que existem nesta Assembleia Municipal, entendemos que precisamos de esclarecimentos para discutir um ponto, é porque precisamos! Porque somos adultos e não estamos aqui a brincar e não gostamos de andar a protelar decisões, coisa que nunca aconteceu em oito anos em que eu aqui estou e acho que não aconteceu anteriormente!” -----

----- Seguidamente, interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, que fez a seguinte intervenção: “Eu queria referir apenas quatro coisas simples, a primeira é que não podemos criticar uma Assembleia Municipal e todos os seus elementos por terem, de facto, tentado por todos os meios, como a Senhora Presidente disse e bem, que pudessem ser esclarecidas todas as suas dúvidas para puderem ter um debate transparente, informado e que fosse tomada uma decisão informada para o território. -----

----- Repare-se que esta decisão sobre reconhecer o interesse público na construção de uma

nova estação elevatória na albufeira de Santa Clara, para que deixemos de ter um sistema provisório e passemos a ter um sistema por princípio e alegadamente mais robusto na elevação de água, o que, por princípio, seria interessante para todos, tendo em conta que é uma perspetiva de segurança e de acesso a um bem comum e que importa a todos e todas as atividades económicas, mas também e principalmente, ao consumo humano, não é uma decisão de menor relevância. Sendo legítimo que uma Assembleia Municipal entenda que aquilo que lhe foi remetido do ponto de vista de contraditório, de sugestão de dúvidas não é o suficiente. Relembro também todo o ambiente em torno daquilo que foram as decisões que levaram à substituição pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural de uma Direção da Associação Beneficiários do Mira eleita democraticamente pelos seus associados e substituí-la por uma Comissão Administrativa, isso é factual! É verdade que estávamos perante um contexto que não só convidava, mas que obrigava claramente a que todas as decisões tomadas, fossem esclarecidas sem problema nenhum. Aquilo que importa do nosso ponto de vista, é que tenhamos claramente um sistema de elevação de água que seja robusto e que nos permita segurança durante muitos e bons anos. É isso que nós pretendemos! E aquilo que preocupará sempre a população do concelho de Odemira, é poder ter a segurança do abastecimento de água através da sua principal fonte de água, neste caso para abastecimento público, que é a albufeira de Santa Clara. -----

-----Recordo que, dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, levou a uma dificuldade que existia à época que tinha que ver com a escassez de água na Albufeira de Santa Clara, que ainda hoje temos esse problema, mas na altura era mais grave e as Entidades foram capazes de se juntar e por isso é que a mim me surpreendeu esta Assembleia não ter tido esclarecimentos que precisava e que merecia, porque as entidades, quando foi da necessidade de elaborarmos um Pacto conjunto para o uso sustentável de água que existia na Albufeira de Santa Clara, foi possível juntar as entidades, nomeadamente a Direção eleita da Associação de Beneficiários do

Mira, a DGADR, a APA, as Águas do Alentejo e a Câmara Municipal de Odemira. Estas entidades foram capazes de se colocar de acordo e elaborar e assinar um documento por todos, no sentido de que deveriam ser considerados um conjunto de investimentos, onde, aliás, até por acaso, está a elevatória, ou seja, a previsão de construir uma elevatória definitiva em substituição da provisória.-----

----- Portanto, é importante dizer isto, se as entidades foram capazes de se colocar de acordo para a elaboração e assinatura de um Pacto que juridicamente tem a sua relevância, porque foi assinado efetivamente pelas entidades, conta com um conjunto de investimento por parte da Câmara Municipal de Odemira, das Águas do Alentejo e da DGADR e, portanto, é importante também perceber que este Pacto nos permitirá ter aqui esta segurança de relação. Tem muitas condicionantes, algumas delas muito importantes, desde logo a vontade e a certeza de que a decisão anual sobre a água e o volume de água disponível para todos os usos no território, garantiu um princípio, o princípio de que a cota na albufeira de Santa Clara deveria subir até à cota cento e dezasseis, a partir da qual deveríamos ter um modelo de gestão da albufeira que nos permitisse mais e melhor previsibilidade de futuro, porque todos sabemos que ponto primeiro consumo humano tem que ser garantido e ponto segundo a atividade agrícola, que é a principal consumidora de água na albufeira. Se efetivamente os agricultores não tiverem segurança naquilo que é a quantidade de água que lhe está adstrita muito antes do início de cada campanha, terão sempre muito mais risco associado à sua atividade, o que nos parecia que não fazia absolutamente sentido nenhum. -----

----- Portanto, aquilo que definimos foi que até ao final de janeiro de cada ano, a APA, a Câmara Municipal de Odemira e a ABMira ou DGADR definiriam e decidiriam qual era o volume de água a distribuir em cada ano para a atividade até que se atingisse a cota cento e dezasseis.-----

----- Nós assinámos e penso que todas as Entidades na altura assinaram de boa fé este Pacto

que permitia a descida da cota de exploração, especialmente naquele ano. Fala-se na cota cento e quatro, não é essa a cota de exploração, neste momento, a cota de exploração é a cento e seis definida pela APA e é essa que está autorizada. Foi excecionalmente permitido naquele ano descer abaixo da cota cento e seis até à cota cento e quatro e por causa disso, assinou-se um Pacto de recuperação da barragem. -----

-----Pensando nisto, mais me surpreendeu, de facto, não podermos ter tido a presença do Senhor Diretor-Geral da DGADR em muitos momentos em que foi solicitado para que pudéssemos fazer uma discussão informada também sobre a última das peças que falta para o investimento previsto pela DGADR. Estamos aqui hoje por persistência e perseverança desta Assembleia Municipal e muito bem e, portanto, aquilo que eu desejo, de facto, é que possamos fazer uma discussão informada, e possamos ter condições também para tomar uma decisão informada.”-----

-----Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra aos representantes das entidades convidadas de forma a pudessem ser feitas as apresentações em formato digital sobre a temática. -----

-----Terminadas as apresentações por parte dos representantes das entidades convidadas a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra para o público presente. -----

-----**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- Neste Período da Ordem de Trabalhos registaram-se as intervenções dos seguintes munícipes: -----

-----1. Jacqueline Trabandt, residente em São Teotónio: -----

-----“Qual é o real volume de água disponível na barragem de Santa Clara? Já foi feito algum estudo batimétrico? Se sim, onde estão os resultados? Se não, porque é que ainda não foi feito?” -- -----

-----2. Sara Serrão, em representação do Movimento Juntos pelo Sudoeste: -----

----- “Estou aqui em representação do Movimento Juntos pelo Sudoeste e deixo aqui várias questões do nosso movimento.-----

----- Baixando o nível de exploração da barragem de Santa Clara e sabendo que dificilmente a reposição do volume acontecerá de uma forma natural, como é que se pretende cumprir o objetivo do Pacto da Água, de repor a reserva de água na cota cento e dezasseis? E que garantias existem, de que não se irá ceder perante futuras pressões para que o nível de exploração continue a baixar até se ver o “fundo da barragem”, passe a expressão. -----

----- No que respeita ao contrato de concessão pela APA, qual será por lei a cota mínima de exploração, se esta estação elevatória for feita?-----

----- Se um dos argumentos para este projeto é a garantia de abastecimento público, não está este a ser usado como pretexto para a construção desta nova estação, visto que também estava planeada no Pacto da Água, uma tomada de água independente apenas para esse abastecimento público? -----

----- Existe consciência que, ao baixar o nível de exploração, vão aumentar os sedimentos em suspensão e a qualidade da água vai diminuir? -----

----- Existe consciência de que vão aumentar os custos para tratar essa mesma água, de modo a que possa ser utilizada para consumo público? -----

----- Existe consciência que um dia pode nem sequer ser possível tratar a água de modo a torná-la potável? -----

----- Porquê dar prioridade ao investimento nesta nova estação, em vez do investimento necessário na reforma da infraestrutura, de forma a eliminar perdas e desperdícios de água? -----

----- Por fim, considerando insólita ver uma superior necessidade de uma Declaração de Interesse Público e, ainda assim, o Diretor-Geral da DGADR desconsiderar os repetidos pedidos de esclarecimentos desta Assembleia Municipal e enviar um emissário que, por sua vez, nem sequer vêm dar os esclarecimentos pedidos. Como é insólito que haja um parecer

técnico a defender uma outra solução técnica que parece estar a ser pura e simplesmente ignorada.”-----

-----3. Manuel Silva, residente no Cruzamento do Almogrove: -----

-----“Gostava de saber porque é que a indústria mineira conseguiu passar a perna ao município, porque é que o estudo de impacto ambiental tem essa relevância? Se eles conseguiram, porque é que o município não consegue? -----

-----Da mesma maneira que gostava que a ABMira voltasse a fazer esclarecimentos públicos, que foi a tradição dos últimos quarenta anos e agora estava na altura de voltar ao mesmo. Dizer ainda que todos os estudos que têm sido feitos, há um que que estamos todos a descurar, se o regadio deixar de ser usado, o grau de incêndio vai aumentar substancialmente, por isso, por todas essas razões, seria preferível restabelecer a normalidade o mais depressa possível. -----

-----O transvase gostava de saber se há novidades.” -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a participação destes elementos do público e passou a palavras aos convidados para responderem às questões apresentadas. -----

-----Interveio o Eng.º Carlos Chibeles que disse, designadamente, o seguinte: -----

-----“Relativamente ao contrato de concessão que o Aproveitamento Hidroagrícola do Mira tem com a com a APA de facto, tem estabelecido determinados volumes e determinadas cotas, cotas essas que depois foram revistas em função do Pacto da Água, que foi assinado com várias entidades, entre as quais a APA. Essas cotas que estão estabelecidas no Pacto da Água têm sido cumpridas. -----

-----Relativamente à tomada de água para o abastecimento público, de facto, a questão ainda está em análise, segundo me apercebi está em análise fazer uma segunda estação elevatória em Santa Clara e captar a água diretamente aí. Há outra hipótese que é, não fazer

uma estação elevatória, digamos, no regolfo na albufeira, mas fazer uma estação elevatória à entrada do canal e, portanto, seria outro tipo de instalação e há uma terceira hipótese que é fazer uma captação num reservatório que irá ser construído, evitando, digamos, bombear a água em Santa Clara e fazer o transporte de água cerca de quarenta quilómetros até a que a zona do litoral, mas isso é uma questão das Águas de Portugal e não com a ABMira.-----

-----Relativamente aos sólidos em suspensão, se água baixar existem mais sólidos em suspensão, sinceramente não sei porque refere isso. A questão é relativamente simples, nós ao captarmos água através de uma jangada, estamos sempre a captar água à superfície porque a água à superfície tem sempre maior qualidade do que água captada em profundidade e, portanto, a qualidade da água não está em causa.-----

-----Relativamente ao estudo batimétrico, foi feito um estudo batimétrico quando fizeram a albufeira, evidentemente que há deposição de material no leito da albufeira, mas é evidente que essa deposição de material não é de tal forma que ponha em causa os cálculos e os volumes que nós temos agora, por exemplo, agora estamos com cento e oitenta milhões de metros cúbicos, salvo erro, armazenados na albufeira de acordo com a curva de armazenamento que foi calculada quando foi feita albufeira mas vamos imaginar que, entretanto, houve uma deposição de materiais e já não é cento e oitenta, e cento e setenta e tal, digamos, essa diferença teria relevância se nós estivéssemos a pensar em esvaziar a albufeira, mas como nós não estamos a pensar esvaziar a Albufeira, portanto, haver maior ou menor deposição, não põe em causa nenhum destes valores que nós estamos aqui a tratar, portanto, isso não é um tema agora.-----

-----Relativamente aos esclarecimentos públicos da ABMira, digamos que o normal funcionamento dos Órgãos da Associação foi interrompido e deixou de haver Assembleias Gerais, mas tem havido um esforço para informar, divulgar a informação relacionada com o Aproveitamento Hidroagrícola do Mira através de email, através de Newsletter, portanto, temos feito esse esforço.-----

-----Relativamente às infraestruturas de rega, é evidente que os problemas do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira não ficam resolvidos por artes mágicas com a emissão do favorável parecer de interesse municipal sobre esta estação elevatória e a partir daí, isto é um “mar de rosas”, não é isso! Obviamente que esta estação, digamos, traz outra resiliência ao sistema, mas obviamente que é necessário no futuro, investir muito mais do que este valor que está aqui previsto para estação elevatória. É preciso, no futuro, modernizar a rede de rega de distribuição de água. É evidente que isso tem que ser feito. É evidente que se nós estamos a pensar transferir água e a solicitar que isso seja feito às autoridades, para, reforçar as disponibilidades aqui no Aproveitamento Hidroagrícola do Mira também temos, digamos, fazer o nosso trabalho de casa e o nosso trabalho de casa é, obviamente, modernizar a rede do perímetro, minimizar o mais possível as perdas de água, aumentar o controlo de gestão dos recursos hídricos, porque numa zona onde não há água, não se compreende, digamos que o esforço esteja todo o lado, por exemplo, dos agricultores e não esteja também do lado de quem gere e distribui água. Portanto, é evidente que é determinante para o futuro que também haja ganhos na diminuição das perdas, ganhos esses que, evidentemente, ficarão disponíveis para a rega, mas para mim é absolutamente evidente que temos de avançar com o investimento na modernização das infraestruturas de distribuição de água do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira.” -- -----

-----Intervio o Eng.º Costa Gomes que disse, designadamente: -----

-----“Em relação ao transvase, primeiro tem que se fazer a reabilitação e modernização do perímetro. Alguma coisa está a ser feita agora, mas é preciso muito mais e muito dinheiro. -----

-----Outra grande questão é que está em cima da mesa a ligação da albufeira do Monte da Rocha a Santa Clara. Já agora só para dizer que este grupo de trabalho “Água que Une” fez uma sessão semipública, foi mais para entidades do que para pessoas do ponto de vista individual, aqui Odemira para auscultar e ver os problemas para ver a realidade. -----

----- Portanto, avanço já que as duas grandes medidas emblemáticas que estão em cima da mesa, uma é a modernização e reabilitação do perímetro, outra é o transvase do Alqueva, portanto, a água vem do Alqueva para Santa Clara.”-----

----- Interveio o Eng.º José Paulo que disse, designadamente: -----

----- “Respondendo à questão da conduta da ligação independente por parte do abastecimento público, isso é uma das hipóteses que está em cima da mesa e que está a ser considerada. Existe aqui efetivamente uma grande diferença em termos de investimento que é em ir buscar água diretamente à albufeira ou aproveitar a infraestrutura que já existe, no entanto, nem uma nem outra está fora de hipótese. Há que considerar não só o investimento inicial como um investimento a longo prazo de custos da operação, custos de manutenção. -----

----- Nós temos um estudo prévio, estamos a olhar apenas à conceção dos sistemas, aos valores previstos, às estimativas previstas depois de tomada a decisão aí sim, vamos avançar para o projeto de execução e aí já teremos então uma solução mais definida, se vamos continuar a utilizar a infraestrutura do Mira, se vamos avançar para uma solução independente, no entanto, queria deixar claro que presentemente e a médio prazo, não há dúvida de que estamos dependentes que o Mira consiga colocar água nos canais.” -----

----- Interveio o Presidente da Câmara Municipal que referiu:-----

----- “Dar nota que, de facto, aquela sessão semipública não contou com a participação das Câmaras Municipais, porque não foi enviado convite às Câmaras Municipais, incluindo a Câmara Municipal de Odemira, para esta discussão sobre as necessidades e preocupações sobre a “Água que Une” e, portanto, por isso é que o Senhor Engenheiro disse e bem que ela tinha sido semipública, mas era importante referir que a Câmara Municipal de Odemira não esteve presente. -----

----- Relativamente ao estudo batimétrico, esse estudo foi feito lá no início, mas uma das coisas que está explícita no Pacto é a ideia de podermos fazer um investimento em estações

meteorológicas que nos permitam ter uma melhor sensorização e sabermos em concreto, as chegadas de água, digamos assim, à albufeira de Santa Clara com muito mais segurança. A par disso, o que combinámos foi que no mesmo projeto a candidatar a ITI Água e Ecossistemas de Paisagem, faremos uma candidatura com as Águas do Alentejo e com a ABM no sentido de se poder ter uma rede de estações meteorológicas muito mais eficaz para nos garantir previsibilidade no futuro e também a realização do estudo batimétrico. -----

-----Depois a questão da reposição da cota cento e dezasseis, e esse é um dos princípios do Pacto da Água, do qual nós não abdicamos, todos estivemos de boa-fé nesse sentido e, portanto, o trabalho é irmos de alguma forma e foi por isso que acordamos nos doze hectómetros para dois mil e vinte e quarto e doze hectómetros para dois mil e vinte cinco, porque isso permitir-nos-ia com o nível de precipitação que temos tido nos últimos dez anos, ainda assim, garantir aqui alguma a recuperação da albufeira. -----

-----Agora, a APA é quem define qual é a cota de exploração, portanto, todos os outros depois têm que cumprir e a APA por acaso, até já deu nota e bem de resistir, digamos assim, à hipotética necessidade de baixar a cota de exploração. Só o fez excecionalmente da cento e seis para a cento e quatro e depois, quando houve a discussão sobre descer da cento e quatro até à cento e dois, essa foi uma questão que não se colocou, porque ninguém esteve disponível e lembrar-se-ão dessa discussão. -----

-----Relativamente à emissão daquilo que foi a Declaração de Interesse Público para a estação elevatória das Minas de Neve Corvo, a Somincor não nos passou a perna, infelizmente, aquela captação não está no concelho de Odemira, portanto, o concelho de Odemira não se pode pronunciar sobre uma coisa que é competência de outro concelho. Portanto, nós soubemos da declaração de interesse público da Assembleia Municipal de Ourique, mas nós não temos nada a dizer sobre essa matéria, porque não podemos dizer e, portanto, não nos passaram a perna de maneira nenhuma. -----

----- Em relação à questão do transvase, como todos sabem, houve um manifesto assinado por cerca de quarenta entidades, desde as áreas do turismo, agricultura e serviços públicos, para que se pudesse equacionar neste projeto esta questão da interligação entre o Alqueva e Santa Clara, não sendo eu um defensor claro de transvases e interligações, há um momento a partir do qual essa defesa não passa para segundo plano, mas tem que ter alguma aderência àquilo que são os problemas da realidade, e por muito que nos custe as afluências à albufeira de Santa Clara do início da sua construção que andavam à volta dos oitenta e cinco/noventa hectómetros cúbicos por ano, hoje em dia e nos últimos dez anos andam à volta dos vinte e tal/trinta hectómetros cúbicos por ano e, portanto, nós não estamos perante nem uma situação complexa nem delicada, é uma espécie de filme de terror objetivamente que nos obriga, de facto, a pensar na sustentabilidade futura do território.-----

----- Há uma questão que está no Pacto de Água, que é o abastecimento público diferenciado dos canais condutores do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira e sobre isso, nós não estamos disponíveis para abdicar por duas razões simples, a primeira porque foi a condição de adesão da Câmara Municipal de Odemira há muitos anos atrás a este sistema de abastecimento público em alta, que constituiu as Águas do Alentejo e uma das suas condições era essa ligação, estava prevista, nunca foi feita, mas hoje em dia percebemos que ela faz sentido ser feita e, portanto, já sabemos, que custa à volta de trinta milhões de euros. -----

----- Dissemos também ao Senhor Ministro da Agricultura que temos a esperança e a expectativa que, de facto, aconteça eleições na ABMira. Não faz sentido nenhum continuarmos numa situação que quase diria intolerável. Se existe uma regra clara para que estas associações funcionem a partir dos seus associados, então é nessa base que deve funcionar.” -----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a reunião, para um intervalo de quinze minutos, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos, dando-se início ao tratamento do assunto constantes na Ordem de Trabalhos. -----

-----**Ponto Único:** DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE SANTA CLARA - RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO: A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra aos membros eleitos por bancada política.-----

-----A) BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA -----

-----Interveio o Senhor Miguel Monteiro, que fez a seguinte intervenção: “Em primeiro lugar era importante agradecer a presença de todos e, obviamente lamentar as ausências de quem está ausente. Em relação à ausência do Senhor Diretor da DGADR e em relação no geral à arrogância institucional que foi demonstrada por este órgão para com esta Assembleia Municipal, eu dirijo-me diretamente à Comissão Administrativa do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, na pessoa do Senhor Engenheiro Carlos Chibeles e na pessoa do Engenheiro Costa Gomes, uma vez que os mesmos representam o Senhor Diretor-Geral da DGADR.-----

-----O resumo que foi apresentado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal é, se me permitem a expressão “um estendal de arrogância” de todos os agro poderes, nos quais nós efetivamente não nos revemos. A Assembleia Municipal não é, nem poderá ser uma loja de carimbos e isto, obviamente, pareceu-nos a todos um grave desrespeito pela democracia e até por aquilo que é a simples educação. O problema deste dilema que enfrentamos hoje, está escrito na história como políticas ruins da gestão da água e que as alterações climáticas vem agora exponenciar. E não é com uma decisão que se dirige a um sintoma que vamos tratar a causa da doença que é mais antiga, mais funda e bem mais grave do que o que tem estado em discussão nesta Assembleia. -----

-----A democracia não depende da água como nós, mas para que viva com saúde é preciso

defendê-la e não é só nos momentos das emergências, mas em todas as decisões, principalmente que previnam a doença. Em várias comunicações a ABM e a DGADR coloca sempre e, curiosamente, o abastecimento público em segundo lugar e a rega em primeiro lugar, e isso hoje em dia já não pode ser uma realidade. A água não é de ninguém, é de todos e é para todos! -- -----

----- Ouvi com muita atenção aquelas que foram as explicações prévias e agradeço-as verdadeiramente e falou-se de regadio e de maquinaria de elevação. A água não é apenas um líquido para regar! A água, é um bem vital comum a todas as comunidades humanas ecológicas sobre o qual as democracias têm que se pronunciar e deliberar, quer queiramos quer não! E a pergunta é: é esta a água que nos une? -----

----- O Senhor Engenheiro Carlos Chibeles falou em possível erro a perceção mutuo e eu na verdade, pessoalmente, concordo consigo. Acho que o Senhor Engenheiro demonstrou que existiu um erro de perceção sobre a Declaração de Interesse Municipal, porque a principal questão que aqui se coloca não é se a Assembleia Municipal considera ou não importante o investimento na estação elevatória, mas a utilização desta infraestrutura no futuro com que objetivos. No fundo, o problema é a questão do compromisso moral de todas as entidades que exploram e utilizam água. Usando a sua própria analogia, considero se nós tivermos um carro que dá até cento e vinte quilómetros hora, nós nunca apanhamos uma multa na autoestrada, mas se nós tivermos um carro que dá cento e oitenta quilómetros hora, um dia podemos apanhar uma multa na autoestrada, e que nós não queremos é que os munícipes de Odemira apanhem uma “multa” de não ter água nas suas torneiras! -----

----- Portanto, a questão é se estamos em posição de garantir e de afirmar publicamente que sendo aprovada e construída a infraestrutura que, como nos demonstrou e muito bem, permite captações até à cota noventa, se estas captações vão sempre reger-se por aquilo que são os princípios inscritos no Pacto da Água, que é um documento que consideramos que é protetor do

Município de Odemira. Obviamente, as utilizações secundárias ao abastecimento público nunca serão uma prioridade em relação ao mesmo. -----

-----Um compromisso ou é um contrato ou é uma declaração de honra, o seu incumprimento tem por isso, consequências ou penais ou morais graves, não é? E acho que tem que haver uma declaração inequívoca de compromisso entre todos, e esta é a parte boa de podermos estar todos no mesmo sítio a falar. Era isto que esta Assembleia pedia há um ano e queria fazer! Era sentarmo-nos todos na mesma sala e falarmos abertamente uns com os outros, porque esta expressão parece-me bastante interessante à Assembleia Municipal, pelo menos a de Odemira, nunca será uma “loja de carimbos” e aprovações ou de reprovações do que quer que seja, nós queremos saber porquê e de que forma é que se pode defender a posição dos munícipes, porque foram eles que votaram para estarmos aqui hoje. -----

-----Como eu dizia, deve haver uma declaração inequívoca de compromisso moral entre todos, é preciso também reconhecer que, na minha opinião, foi um erro desligar a decisão de Ourique da decisão de Odemira, porque seria injusto, parece que estamos a falar de duas barragens e de dois sítios onde há águas diferentes. Não há! Há água efetivamente unida pela barragem de Santa Clara e, portanto, é preciso reconhecer que isso foi um erro! -----

-----Por fim, Senhor Engenheiro Costa Gomes, só um comentário à sua afirmação em que falou que a agricultura estava asfixiada. Eu acho que a agricultura não está asfixiada, eu acho que ela está para além da sua sustentabilidade ecológica. -----

-----Eu gostava de deixar algumas perguntas, a primeira dirigida em particular ABM e a DGADR:-----

----- A primeira pergunta é: A DGADR comprometeu-se em dois mil e vinte e três, no dito Pacto da Água, num prazo de três anos, ou seja, até dois mil e vinte e seis concretizar o investimento necessário para a redução de trinta por cento nas perdas de transporte e distribuição da água. Seria um investimento à volta dos trinta milhões, designadamente na

construção nova desta estação de captação e desta estação elevatória de captação de água da albufeira. -----

----- Os reservatórios também já previamente aqui falados e, portanto, a reabilitação do sifão da Baiona, que sei que falou na sua apresentação, mas gostava só de saber em que ponto exatamente é que estão estes investimentos, quando é que eles estarão concluídos e no fundo, qual é o ganho efetivo que nós temos com este investimento? -----

----- A segunda pergunta é o que pode e de que forma é que se pode garantir aos munícipes de Odemira que o novo equipamento de captação que permite captações mais profundas, não irá facultar a drenagem dos recursos, para além daquilo que está a pactuado? Já falámos aqui que a APA é no fundo protetora da cota, digamos assim, mas de que forma é que nós podemos juntos arranjar uma solução para garantir que as pessoas podem ficar descansadas que este investimento vai ser um investimento útil, justo e seguro para todos?-----

----- A terceira pergunta, será que no ponto cinco do Pacto da Água a DGADR se compromete em salvaguardar sempre o princípio da subida da cota de exploração? Isto parece-me muito importante sublinhar este compromisso moral, em que o princípio é reabilitar a barragem de Santa Clara. -----

----- Quais são as principais ações cumpridas para garantir este compromisso moral? Quais é que estão a ser também as dificuldades? Porque a Assembleia Municipal também poderá ser um Órgão que pode colaborar e facilitar para que se ultrapassem dificuldades neste que é o compromisso de todos que a reabilitar a barragem de Santa Clara, pelo menos é assim que está assinado no Pacto da Água. -----

----- Depois especificamente para a AgdA: -----

----- No ponto dois do Pacto da Água, a AgdA compromete-se juntamente com a Câmara Municipal de Odemira num prazo de aproximadamente seis anos, portanto, até dois mil e vinte e nove concretizar esta implementação do novo serviço de captação na albufeira que aqui nos

explicou e perceber só do ponto de vista temporal e do ponto de vista de investimento, quando é que isto será concretizável? Quando é que nós podemos pensar em ter um sistema de captação para consumo humano independente, autónomo e mais seguro? -----

-----Depois, que plano é que a AgdA tem no fundo para garantir que irá prevalecer sempre o abastecimento público em vários eixos, portanto, em quantidade, em regularidade, em qualidade e em preço, tendo em conta estas questões todas da sua captação. -----

-----Por fim, a AgdA também juntamente com a ABM comprometeram-se a implementar na altura da assinatura do pacto, seria para dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro, uma rede de estações climatológicas e hidrométricas e o sistema de monitorização. Perceber em que ponto é que estamos e o que é que está previsto para o futuro. -----

-----Depois para o Engenheiro João Campos: -----

-----Agradecer-lhe a sua explicação técnica, é para nós importante ouvi-la. Nenhum de nós é da área técnica, como sabem. Nós somos deputados municipais, temos as nossas profissões, muitas delas muito longe daquilo que é a parte técnica destas decisões, e nós decidimos com base em pareceres como provavelmente, grande parte das pessoas que estão nesta sala, decide com base em pareceres, portanto, ouvir em viva voz e ter vindo aqui até nós é muito importante. Pergunto-lhe de uma forma muito direta e concisa na sua opinião, qual é que é efetivamente a solução de captação de água da barragem mais segura?” -----

-----Interveio o Senhor António Afonso, que fez a seguinte intervenção: “Nós estamos aqui nesta fase e eu a título pessoal e como eleito do Partido Socialista, agradeço-vos a vossa presença para os esclarecimentos que consideramos efetivamente necessários e se calhar, não estaríamos nesta fase, se, de facto, o respeito institucional entre o poder central e os órgãos autárquicos fosse feito de outra maneira, isto é, que se cumprisse aquilo que se diz e não se dissesse e depois não se cumprisse. -----

-----Portanto, isto para dizer o seguinte. A primeira falácia foi feita pelo Senhor atual

Secretário de Estado da Agricultura na FACECO em que mentiu à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Diretor-Geral da DGADR, também não soube dar a cara como lhe competia e, portanto, nós achamos que as pessoas não são apenas nomeadas ou eleitas para estar nos organismos, para estarem fechadas nos gabinetes e ausentes daquilo que é o debate democrático e o dever de informar os outros Órgãos que têm capacidade de decisão e, sobretudo, competência na área da fiscalização. -----

----- A Assembleia Municipal é um Órgão de fiscalização, tem todo o direito de ser informado e de debater as questões que considera muito relevantes para o seu território, como é o caso e, portanto, lamentamos que sempre como aqui já há algum técnico referiu que os senhores lá em Lisboa, como bem disse, por vezes se esqueçam de determinados aspetos que são problema para os territórios e apenas saibam salientar aquilo que lhes convém, que é o tal valor das exportações sempre que é necessário, portanto, apresentar alguns dados que sejam potenciadores da sua atividade política enquanto Governo. -----

----- Portanto, nesta matéria, nós ficamos sempre, de facto, muito preocupados, porque se as pessoas mentem, não dão a cara ficam ausentes de princípios e processos democráticos, fico apreensivo com aquilo que é o cumprimento das obrigações que assumiram por escrito, nomeadamente com o Pacto de Água e é por isso que estamos aqui, portanto, este respeito institucional é fundamental para que não tenhamos Ministros da Coesão e do Interior que não servem para rigorosamente nada, apenas servem para nome, porque quando há decisões que são para os territórios e para as regiões, e nós já reivindicamos várias vezes por causa da agricultura e por causa do movimento migratório, designadamente sobre o reforço dos serviços públicos em Odemira, é uma tônica que também temos batido constantemente e isso nunca acontece. Nós não estamos aqui nos territórios apenas para sofrer os impactos negativos daquilo que é uma atividade, obviamente absolutamente necessária para o desenvolvimento da região e do país, mas também tem de haver benesses para os territórios que compensem, de facto, aquilo

que são depois estrangulamentos nesse mesmo território, no sistema de saúde, nas finanças, nas conservatórias, nos tribunais, na própria atividade da Guarda Nacional Republicana que tem um trabalho enorme e acrescido e, portanto, é por isso que nós estamos nesta fase! -----

-----Meus Senhores garanto-vos uma coisa, certamente demoraria menos que um estudo de avaliação de impacto ambiental, porque, apesar de tudo, acho que a Assembleia Municipal ainda trabalha mais rápido que alguns Gabinetes Ministeriais e, portanto, o tempo que leva a equipas técnicas a fazer estudos de avaliação de impacto ambiental neste país é, de facto, confrangedor e, portanto, nós garantidamente comprometemos a resolver isto muito mais rapidamente. Que não sejamos nós o problema e não seremos certamente, agora é preciso é que quem está no poder central e nos poderes regionais e que nos representam todos nós, não seja apenas “trinta e um de boca” e que, de facto, executem as medidas que se comprometem e que não sirva apenas para números apresentados nas alturas das eleições. -----

-----Para terminar, duas perguntas:-----

-----Não vi aqui ninguém falar depois dos planos que temos em cima da mesa e das soluções preconizadas se, apesar disso, continuamos a precisar de dessalinizadoras no território e se continuarmos a precisar para além daquilo que está no Pacto, quem é que vai pagar essa dessalinizadora? -----

-----Também fiquei preocupado, porque o Senhor Engenheiro Costa Gomes falou na questão do transvase do Monte da Rocha para Santa Clara, mas parece que essa e eu não sou técnico, portanto, não vou esmiuçar essa parte, mas dir-me-á, a conduta que está neste momento dirigida ao Monte da Rocha, não será suficiente para reabastecer essa barragem, se Santa Clara começar de lá tirar água e, portanto, parece-me uma situação inexequível e parece que o que será exequível é uma ligação direta à barragem do Alqueva para Santa Clara.” -----

-----B) BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

-----Interveio o Senhor João Quaresma que referiu o seguinte: “Boa tarde, quero agradecer

a presença daqueles que vieram a quem foram endereçados convites. -----

----- A lamentar que uma entidade com a APA não esteja presente e lamentar também que sem desprimor nenhum para os presentes que aa DGADR não se tenha feito a representar ao nível do seu próprio gabinete. -----

----- Muito já foi aqui dito pelas anteriores intervenções e, portanto, eu quero poupar no tempo e não cair em redundâncias sobre aquilo que aparenta ser um desrespeito institucional de instituição para instituição, numa lógica que também aparenta ser ela de uma inexistente hierarquia, não é? Vocês estão no poder central, nós somos da periferia, então temos que acatar as ordens ou as indicações que vêm de cima, o mesmo foi bastante explícito pela troca de comunicações que decorreu ao longo de meses entre a esta Assembleia Municipal e a DGADR, tendo até o próprio PEPAC endereçado uma comunicação sem ser solicitado para a discussão sequer. Isto foi uma história que considero muito infeliz, considero que a discussão hoje se tornou muito pobre por falta de comparência de todos os convidados que deixa de fora os aspetos essenciais que nos trazem a esta discussão e que fizeram com que este assunto se arrasta-se todo este tempo. -----

----- Tenho aqui uma série de questões que gostava de ver respondidas sucintamente: -----

----- Gostaria de perceber relativamente ao projeto que agora está aqui em cima da mesa que requer a declaração de interesse municipal, nós sabemos pela documentação fornecida que houve um projeto anterior e que estava a ser elaborado pela Direção, entretanto suspensa, vou fazer a pergunta de forma indiferenciada, portanto, na esperança de haver alguém que se acuse que possa responder. Se o projeto da anterior Direção suspensa tinha ou não o mesmo requisito de construção em solo de Reserva Ecológica Nacional (REN), portanto, pedia ou não esta declaração de interesse municipal?-----

----- Gostaria também de saber uma vez que este projeto refere várias vezes a capacidade de descer até à cota noventa, se está contemplada a preocupação ambiental, ou seja, com a

qualidade da água do ponto de vista do consumo e neste caso, estou mais preocupado com o consumo público. Foi-nos aqui dito que, embora o estudo batimétrico seja da altura da construção da barragem, mais assoreamento, menos assoreamento, dado o volume que lá está, não faria grande diferença. Ora, isso é uma resposta que não nos satisfaz minimamente, queremos, de facto, números e não creio que seja sequer dignificante para qualquer trabalho de engenharia trabalhar se sobre esse tipo de pressupostos, o mais ou menos, portanto, precisamos mesmo de saber esses dados. -----

-----Foi-nos também dado a conhecer que estavam os projetos concretizados, finalizados para concorrer a um financiamento, penso que foi o Aviso número 16 do PDR 2020, se não estou em engano e contemplava reabilitação do sifão da Baiona e a impermeabilização do canal condutor geral. Em que ponto estas obras? -----

-----Qual é a eficiência, portanto, isto para a quem está neste momento, na Direção da ABM, qual é atual e concretamente a eficiência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira? Mediante a água que sai, qual é aquela que é retida e qual é aquela que não tem utilização nenhuma? -----

-----Dos três reservatórios a construir, compromisso da DGADR, quando estão construídos? E esta pergunta vem por falta de informação que não conseguimos obter no próprio site da ABM. -----

-----Quantos metros cúbicos por hectare são concedidos atualmente aos regantes? Porque lembro também que no site da ABM, o último relatório de atividades e contas é de dois mil e vinte e dois, portanto, pertencente ainda a Direção eleita suspensa. -----

-----Que defeitos impediram a solução do projeto para a estação elevatória que propunha anterior Direção? Porque é que a DGADR deu um parecer negativo? Se estamos preocupados com eficiência, nós entendemos que fará mais sentido começar de jusante e não de montante, parece-nos que há aqui uma preocupação excessiva em querer ter acesso à água, o que não me

espanta, porque em declarações públicas, o próprio Presidente da AHSA, Luís Mesquita, referiu sempre a vontade de querer ir mais fundo, e é aqui começam as nossas preocupações, porque, de facto, já aqui foi mencionado o Pacto da Água, já aqui foram acionadas as cotas estabelecidas pela APA e é a APA quem tem a última palavra, é autoridade da água, segundo a lei que nós temos, mas nada nos garante que a APA de hoje para amanhã não venha a autorizar outras cotas, se essa capacidade tiver disponível e permitam-me a nossa a nossa desconfiança ou nosso ceticismo, porquê? Então, repito a pergunta. Porquê então não começar de jussante, ou seja, nas perdas que existem ao longo dos canais, seja por infiltração, seja por a falta de conclusão da construção da obra na altura do reservatório de Aljezur, seja porque razão for, porquê, não começar por essas obras e haver tanta sede de ir mais fundo no reservatório de Albufeira? -----

----- Tinha aqui outras questões para a AgdA, mas elas foram colocadas por os meus colegas da bancada do Partido Socialista, relativas ao investimento dedicado ao consumo humano. -----

----- Gostava só também de fazer aqui a ressalva, porque foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, referindo-se ao Pacto da Água, que havia excecionalmente a exploração até à cota cento e quatro, mas também estava lá escrito uma posterior redução até à cota cento e dois exclusivamente para abastecimento público. O abastecimento público é aquilo que é alegado sempre para nos tentarem convencer a aprovar este tipo de projeto existente, o fantasma do perigo do abastecimento público, mas se ele está garantido na Lei, então não compreendo!-----

----- Porque é há tanto essa insistência? Já não era o primeiro perímetro de rega, se não estou em erro, que deixava de regar. -----

----- Pergunto se, neste momento, os agricultores que estão no Perímetro de Rega do Mira têm em conta a escassez, porque com certeza que quando se instalam aqui sabiam da realidade

onde se estavam a instalar, não é? Estão prontos para respeitar esta redução, nomeadamente que consta do Pacto de Água?”-----

-----C) BANCADA DA COLIGAÇÃO JUNTOS PARA CUMPRIR ODEMIRA-----

-----Interveio a Senhora Fernanda Almeida que fez a seguinte intervenção: “As minhas questões vêm todas no sentido do que os meus colegas já disseram.-----

-----Primeiro que tudo gostava de agradecer então aos convidados presentes e que se disponibilizaram para esclarecer as nossas dúvidas, no meu caso pessoal, algumas dúvidas ficaram esclarecidas e vou já aqui deixar um pedido de desculpas, porque os pareceres são, de facto, técnicos, a decisão vai ser política e aqueles que têm responsabilidades políticas desde há um ano que nos vêm pressionando e, de facto, nós somos os representantes políticos eleitos pelas pessoas do concelho de Odemira. Eu, no meu caso pessoal, para além da água que consumo da torneira, nem tenho interesse na área relacionada diretamente com a agricultura, mas represento, de facto, as pessoas que me elegeram e e, portanto, acho que da parte do poder político fomos e senti cada vez que releio os documentos que foram enviados e mais uma vez, peço desculpa aos presentes, mas para alguém teria que me dirigir, senti-me mesmo mal tratada, mal tratada e quando eu me sinto mal tratada, não me sinto como pessoa, sinto-me mal tratada como habitante do concelho de Odemira, porque era uma pressa, era uma decisão tinha de ser para ontem, porque vem os financiamentos e afinal, nós estamos a decidir uma coisa que não é para hoje, mas para o futuro, é uma coisa para as minhas filhas, para os meus netos é isto que estamos aqui a decidir, não estamos a decidir em função do aqui e do agora! E tanto que é, que há um ano que andam aqui, se, de facto, o financiamento tivesse acabado, já tinham dito, olhem já não é necessária a vossa decisão já foi fomos ultrapassados pelo tempo. Portanto, esta é uma decisão que tem de ser pensada e desculpem uma coisa, ninguém pensa com “achismos”, eu penso com os dados que me são facultados, com os pareceres técnicos, com os números que não são disponibilizados! -----

----- Não é a primeira vez que aqui na Assembleia pedimos estudos e os estudos não são dados. Nós já pedimos, não sei qual é o problema que as diferentes entidades têm em divulgar números para nós podermos decidir em consciência! Portanto, lamento imenso que há um ano estejamos aqui, eu digo mesmo, então se há um mecanismo, há um instrumento de avaliação de impacto ambiental, lamento que os mecanismos de impacto ambiental fiquem nos gabinetes e que não sejam medidas expeditas que nos ajudem a decidir de forma consciente, nisso como noutros casos. A alternativa era que algumas pessoas sentadas aqui das mais diferentes origens profissionais e formações, tomem uma decisão em nome do futuro, sem saber bem o que é que estamos a dizer só porque sim, ou porque recebemos instruções superiores, sei lá, vindas do além, e depois como não tomamos a decisão no tempo útil necessário, acabámos por ser pressionados a cada e-mail que vinha, e desculpem que diga, mas até maltratados, porque quando uma entidade pública chama apenas a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para reunirem, em alternativa, não quer reunir com todos nós, com todo o respeito pela Senhora Presidente, mas a Senhora Presidente é um membro da Assembleia tal como nós, portanto, eu acho que este processo que é tão determinante para o território que é tão importante, está desde o princípio, vou dizer um termo que falando de água até parece mal, “envenenado” por um espírito de pressão e lamento dizer, eu pressionada, não gosto nada de ser!-----

----- Portanto, havia a alternativa do impacto ambiental e cá está, eu fico na minha dúvida, se vai até à cota noventa, aquele dispositivo mecânico num caso de absoluta necessidade também pode ir a cota oitenta? Podemos especular ao fim ao cabo, não nos dão números, podemos ir assim até aos oitenta até aos setenta, de acordo com as necessidades, esta dúvida fica de facto.”-----

----- D) BANCADA DO BLOCO DE ESQUERDA -----

----- Interveio a Senhora Fátima Teixeira que disse o seguinte: “Agradeço especialmente aos convidados que acederam estar presentes cujos os esclarecimentos foram importantes e

alguns muito interessantes sobre diversos pontos de vista. -----

-----Agradeço também à Senhora Presidente, pelo resumo quase interminável que fez desta história que já tem um ano entre nós e a DGADR e que, de facto, podia ter visto um final mais cedo, espero que hoje seja o final, não sei se mais feliz, também não sei! -----

-----A nossa defesa nesta Assembleia é sempre acima de qualquer interesse de plano, é o abastecimento público, e a defesa de uma agricultura sustentável adaptada ao território e é isso de facto, que nos move e que temos defendido nestes últimos anos e aquilo que nos parece é que estamos a tentar instalar uma agricultura que não tem a ver, que não tem nada a ver, com o regime hídrico que temos tido nos últimos anos. Várias vezes São Pedro foi aqui nomeado, a visita, ou ausência de São Pedro tem um nome, chama-se crise climática e sabemos perfeitamente que já há estudos que comprovam isso, que a crise climática é retroalimentada pela prática de uma agricultura intensiva com más práticas agrícolas e, portanto, estamos aqui a tentar culpar aquele que, de facto, não tem culpa nenhuma!-----

----- Depois também sabemos que o acesso à água por parte dos associados da ABM não é igual, por exemplo, as regras recentes que foram feitas no último ano pela Direção nomeada determina que quem não regou no ano passado este não tem direito, de facto a ter acesso a água, portanto, o acesso à água é muito importante e as normas e as regras que o definem devem ser transparentes e devem, de facto, ser justas para os produtores também.-----

-----Algumas das questões que tínhamos já foram aqui colocadas, no entanto, achamos importante salientar e realçar que não é claro para nós, como é que uma barragem com sessenta anos de existência, como é que não tomam em conta o assoreamento que albufeira muito provavelmente tem, e temos a certeza que o estudo batimétrico que já está prometido e adiado, nunca mais vai ver a luz do dia, e neste momento, estamos com o nível da barragem a cento e oito metros com um enchimento de trinta e seis por cento. Portanto, são valores de dezembro de dois mil e vinte e quatro e quando estamos a falar de implantação de uma nova tecnologia que

permite chegar aos noventa metros de exploração, como é que isso se combina? Como é que isto se coaduna com o Pacto da Água, com os centos e dezasseis metros que queremos almejar, portanto, parece-nos medidas contraditórias assim também como são contraditórias e parece-nos que é um conflito de interesses! -----

----- Nós estamos aqui a defender a água que é de todos, mas há um conflito do abastecimento público que não está garantido, que não está assegurado na nossa perspetiva, com o abastecimento para o Aproveitamento Hidroagrícola do Mira.-----

----- Finalmente, de facto, a eficiência no uso da água devia ser a medida prioritária para estas medidas todas e para qualquer candidatura, portanto, temos que começar a casa pela base, a eficiência no uso da água, devia ser o objetivo prioritário de qualquer medida, de qualquer candidatura, e que devia ser posta em prática o mais rápido possível. Aquilo que nós estamos aqui a avaliar e que também concordo com algumas das opiniões daquilo que foi dito pelos meus colegas é que não sabemos, de facto, se o nosso voto vai, de facto, definir aquilo que nós queremos, que é um futuro para as gerações futuras e, de facto, saímos deste filme de terror que o Senhor Presidente há pouco falou. Vamos continuar esta agonia de estar à procura da água para alimentar uma agricultura que não tem limites? Ou vamos, de facto, acautelar os interesses das pessoas que aqui vivem e as gerações que tem o seu futuro comprometido.” -----

----- D) BANCADA DA INICIATIVA LIBERAL -----

----- Interveio a Senhora Ana Paula Pereira que fez a seguinte intervenção: “ Antes de mais agradecer a presença de quem aecitou o convite da Assembleia Municipal e só fazer aqui um pequeno aparte, quando ouvimos a nossa Presidente fazer a descrição de todos os passos que nós fizemos desde janeiro de dois mil e vinte e quarto até janeiro de dois mil e vinte e cinco para conseguir falar com a DGADR e outras entidades que têm algum poder de decisão no nosso território é, de facto, qualquer coisa de asfixiante relativamente ao que nós tentamos fazer nesta Assembleia Municipal, que é desde sempre uma Assembleia Municipal muito pró-

ativa e que procura de alguma forma representar muito bem todos aqueles que de alguma forma nos elegeram para aqui estarmos. -----

-----Não tenho nada contra ninguém que esteja sentado aí, aliás, acho que a DGADR não se fazer representar pelo seu Diretor-Geral numa Assembleia Municipal extraordinária relativamente a um assunto que tanto lhes diz, demonstra aqui um bocadinho da falta de respeito por todos nós e até por vocês que foram nomeados seus representantes, porque pode até parecer que estamos aqui todos a atacar duas pessoas que efetivamente não tem nada de ser atacadas e não é essa a questão. -----

-----Gostaria de fazer algumas questões aos representantes da DGADR: -----

-----Foram cumpridos todos os preceitos legais relativamente à contratação pública deste projeto que foi apresentado? -----

-----Podem confirmar se o projeto que estamos hoje a analisar nesta Assembleia Municipal já foi alvo de revisão por outra empresa que não a Engenheiros do Sul e se sim, houve alterações ao projeto? Não faria sentido que tivéssemos conhecimento das alterações? -----

-----Qual é a estimativa de durabilidade do projeto apresentado? Estudaram diferentes soluções para aplicar em Santa Clara foi publicado esse estudo? Onde? Podem dizer-nos quem será responsável pela manutenção do projeto apresentado? Quais são os custos de manutenção previstos? Onde estão as estimativas dos custos de exploração? -----

-----Conhecem algum projeto semelhante em funcionamento de uma jangada de duzentos e cinquenta metros quadrados? -----

-----O que acontecerá à jangada de duzentos e cinquenta metros quadrados e aos equipamentos existentes na mesma, quando a albufeira subir? -----

-----Depois, gostaríamos ainda de saber como está prevista a manutenção de um grupo com cerca de dois mil quilos instalados numa jangada e como é que os vão retirar? -----

-----De acordo com os relatórios e contas da ABM em dois mil e vinte os custos

energéticos com estação elevatória existente em Santa Clara rondaram os cento e trinta mil euros, em dois mil e vinte e um os noventa e cinco mil e em dois mil e vinte e dois os sessenta e seis, em dois mil e vinte e três vinte e quarto não conseguimos apurar, porque Comissão Administrativa não publicou qualquer relatório de contas. -----

----- Gostaríamos de saber relativamente aos trabalhos de testagem na rubrica da candidatura efetuada pela DGADR, dossier número quatro, como se justificam os seiscentos e cinquenta mil euros que lá estão por nove meses de energia, mais o valor de cerca de dez mil por mês para a contratação de um técnico responsável pela instalação elétrica e de manutenção dos equipamentos elétricos e hidromecânicos. Não temos já um técnico responsável pelas instalações elétricas? -----

----- É a DGADR que vai fazer a gestão da estação elevatória? É a ABM? São os beneficiários da ABM que vão pagar essa manutenção?-----

----- Como é que será através do investimento proposto que iremos poupar um consumo em pelo menos cinco por cento? -----

----- Vamos desativar a estação elevatória que existe em Santa Clara? Se sim, porquê? -----

----- Depois para o Senhor Engenheiro João Campos: -----

----- Temos aqui algumas dúvidas que estão relacionadas com as dimensões da jangada. Acha que as dimensões são adequadas às necessidades do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira? -- -----

----- Esta estação irá beneficiar ou prejudicar os beneficiários e os odemirenses? -----

----- Conhece alguma estação elevatória em Portugal com estas dimensões? -----

----- Comparando os dois projetos que teve acesso e que conhece qual é que será a melhor opção? Não só em termos de manutenção, mas no geral.-----

----- Considera que devemos demolir a estação elevatória que existe em Santa Clara? -----

----- Considera que o Pacto da Água que foi assinado em dois mil e vinte e dois, entre as

diferentes entidades e a premissa de termos uma cota de cento e dezasseis metros, será conseguida através de uma de uma estação elevatória deste género?” -----

-----Seguidamente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos representantes das entidades presentes para responderem às questões colocadas pelas diferentes bancadas políticas. -----

-----Interveio o Eng.º Carlos Chibeles que disse, designadamente: -----

-----“As obras estão todas no terreno, à exceção de duas, a estação elevatória que estamos aqui a falar e os reservatórios. As que estão no terreno, uma tem a ver com revestimento dos canais, outra tem a ver com a reabilitação do sifão da Baiona, outra tem a ver com a reabilitação da estação elevatória do Samouqueiro. A nossa prespetiva é terminar no primeiro semestre deste ano, portanto, até junho, o revestimento dos canais e até ao fim do ano terminar as outras duas obras que temos. -----

-----Este é o ponto de situação das obras, evidentemente, que o contributo destas obras para a melhoria de eficiência destas que eu falei agora não é significativo, na medida que estamos a falar da reabilitação do sifão, eventualmente, tinha fugas e que vai deixar de ter fugas, mas quer dizer, não tem um contributo muito significativo. -----

-----A estação elevatória de Samouqueiro, evidentemente, também não terá um contributo muito significativo para a eficiência, os o revestimento dos canais, esses sim, é um contributo muito significativo para a melhoria de eficiência para a redução das perdas. -----

-----Para terem uma ideia, um canal nestas condições, em regra pode perder cinquenta litros por dia por metro quadrado de área molhada e, evidentemente que se for impermeabilizado esses cinquenta litros por dia por metro quadrado deixam de se verificar porque está impermeabilizado. -----

-----Por outro lado, esta impermeabilização dos canais também tem um carácter de proteção estrutural do próprio canal, isto é, sobretudo nas zonas de aterro, se houver infiltrações do canal

pode instabilizar o aterro e, portanto, instabilizando o aterro lá se vai o canal e, portanto, colocando essa impermeabilização, evitamos também que esse processo aconteça e, portanto, tem também uma função estrutural o revestimento dos canais. Outra obra mais impactante na melhoria de eficiência, é de facto os reservatórios. -----

----- Esses reservatórios estão previstos três, mas, para já, dentro deste projeto com financiamento aprovado são dois, que são aqueles mais relevantes para esta questão do armazenamento da água. Um deles encontra-se dentro do Parque Natural e outro dentro da Rede Natura 2000 e, portanto, estamos a aguardar o licenciamento por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Já temos um licenciamento favorável condicionado, temos que incorporar algumas medidas que foram identificadas e definidas pelo ICNF e, portanto, estamos agora a fazer isso. -----

----- Relativamente à questão de como é que nós garantimos que não vamos pôr em causa a sustentabilidade da albufeira, que nós não vamos por em causa o abastecimento público. -----

----- Vamos lá ver, quem garante o cumprimento desse desígnio, em primeira linha é a APA, portanto no nosso ordenamento jurídico e administrativo é à APA que compete definir as cotas da albufeira, os volumes disponíveis para rega, os volumes disponíveis para o abastecimento público e para outros utilizadores como por exemplo, a indústria. A captação de água na albufeira não está ao livre-arbítrio da ABM ou de outra entidade qualquer. Essa captação da albufeira está sempre subordinada às decisões da APA e, portanto, é essa entidade que garante isso. -----

----- Agora, obviamente, do ponto de vista ético e do ponto de vista moral, não podemos evidentemente, pôr em causa o abastecimento público, nunca! Isso está absolutamente garantido! -----

----- Já agora, o limite desta estação elevatória é a cota noventa, não vai a oitenta, não vai a setenta porque o dimensionamento foi feito nesse sentido e não pode ir além da cota noventa. ---

-----Também referir, que quando estamos a falar da captação de água á cota noventa, obviamente que estamos a falar da captação de água para o abastecimento público! Não estamos a falar da captação de água para a rega! -----

-----Relativamente à questão do levantamento batimétrico da albufeira, nós não podemos gerir a barragem mais ou menos! Não podemos ter absoluta certeza que a barragem naquela cota tem este volume, na outra cota tem aquele volume, qualquer medição que seja feita, tem um erro sempre associado! O que eu referi é que nesta albufeira, como em grande parte das barragens portuguesas as medições que são feitas, são feitas com base nesses levantamentos que foram feitos nessa época e, portanto, até hoje, não há notícia de que isso tenha constituído um problema gravíssimo para a exploração das albufeiras. -----

-----Relativamente à dessalinizadora, toda a temática relativa à procura de fontes alternativas adicionais de água para que e o Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, não está a ser levada a cabo pela ABM, está a ser levada a cabo precisamente por esse grupo de trabalho, que é a “Água que Une”, para além, obviamente, do Mira, abrange todo o território nacional, mas, portanto, é esse grupo de trabalho que está a avaliar as possibilidades de fazer uma adução da água, reforçar as disponibilidades hídricas no Aproveitamento Hidroagrícola do Mira e, portanto, tanto quanto julgo saber, a alternativa que está a ser equacionada é a questão da ligação ao Alqueva em detrimento da dessalinização. -----

-----Agora falo também na questão da ligação Alqueva e que a conduta que liga ao Monte da Rocha não tem capacidade, para digamos, fornecer água ao Monte da Rocha e também fornecer água a Santa Clara, é verdade que é assim, mas evidentemente, se essa decisão for de facto tomada, que será o reforço das disponibilidades hídricas em Santa Clara por via do sistema do Alqueva, pois, evidentemente, será feita uma nova uma nova ligação.-----

-----Relativamente a tudo o que diz respeito a solução técnica desta instalação da estação elevatória de Santa Clara e da solução técnica anterior que não foi acolhida pela a DGADR, de

facto eu não tenho conhecimento do processo da solução técnica anterior para, digamos, despende aqui muito sobre o assunto, portanto, sei que houve uma análise negativa da solução e entenderam desenvolver outra solução que, do ponto de vista técnico que lhe parecia mais vantajosa e sendo a DGADR a Autoridade Nacional de Regadio, se a DGADR é a entidade competente para avaliar tecnicamente os projetos, estes projetos em concreto, digamos, tenho a convicção de que será melhor solução técnica que serve o propósito em causa, sendo certo, que qualquer solução técnica é sempre passível de discutirmos sobre ela e de termos opiniões distintas sobre ela. -----

----- É certo que os custos com a operação e manutenção dessa estação elevatória vão ter que ser assumidos pela entidade concessionária do aproveitamento, neste caso, é a ABM que o vai obviamente ter que ser ressarcida pelos utilizadores da água. -----

----- Relativamente à distribuição da água, foram referidos vários aspetos que não são considerados corretos, entre os quais foi apontada a questão de que aqueles que não regaram regaram o ano passado, não podem ter a água este ano, e foi entendido que isso seria uma decisão da Comissão Administrativa da ABM. É uma decisão que está num despacho da Senhora Ministra da Agricultura, portanto, não podemos fazer outra coisa que não cumprir o que está num despacho. -----

----- Outra das questões colocadas foi porque é que não começámos os investimentos de jusante para montante. Há aqui vários aspetos, um é que para investir na rede, é preciso que existam projetos executados para investir na rede e é preciso que existam depois também capacidade para concretizar esses projetos, capacidade em termos de financiamento. O que não quer dizer que não se esteja a fazer projetos para, de facto, se modernizar a rede ou que se tenha realizar essas obras para melhorar eficiência do aproveitamento hidroagrícola. -----

----- Portanto, a verba destinada ao investimento já está cabimentada, já está garantida e, portanto, temos aqui, a perspetiva de ter esta estação elevatória que nos dá, uma capacidade de

resiliência maior. -----

-----Às questões relativas ao projeto, eu queria, para já começar por dar os parabéns à deputada Ana Paula Pereira, pela a análise que fez ao projeto e que e, portanto, põe aqui uma série de questões umas que eu posso responder outras não. -----

-----Se vamos desativar a estação que existe? Obviamente que sim, não faz sentido ter duas estações, porque isso, obviamente, iria encarecer a exploração do aproveitamento em temos manutenção. -----

-----Depois, como é que o processo de contratação feito pela DGADR, de facto, não foi a ABM que conduziu esse processo.” -----

-----Interveio o Eng.^a Costa Gomes que disse, designadamente: -----

-----“É verdade que os dimensionamentos das ligações até ao Monte da Rocha não permitem que vá água a farta, digamos assim, aquilo foi dimensionado para pôr água no Monte da Rocha, depois há questões de gestão que vão permitir que passe água para Santa Clara. -----
O que eu sei é que se está a estudar formas de conseguir, alargar a capacidade a montante para poder pôr água a jusante. -----

-----Só para dizer que nós temos estado a comparar os valores de metros cúbicos que damos às culturas e comparando com as dotações médias, os valores de consumos que se estão a verificar e com área efetivamente regada, estão muito abaixo desses valores das dotações medias que foram estimados, portanto, e o que vemos é que tendencialmente os agricultores são cada vez mais eficientes”. -----

-----Interveio o Eng.^o José Paulo que disse, designadamente: -----

-----Nós temos previsto que o investimento na conduta adutora para Santa Clara, comece em dezembro de dois mil e vinte e sete. -----

-----Temos um plano de uma estimativa de execução de dois anos, e o valor que temos estimado em plano investimento sustenta trinta milhões de euros. -----

----- Em questões de qualidade e quantidade de água, nós estamos a tentar incidir nos subsistemas que temos para melhorá-los, estamos a criar uma nova ETA em São Teotónio para centralizá-la e prever a possibilidade de, em caso de deterioração da água, criar novas etapas e melhorar o tratamento, para fazer face à possibilidade ou não de redução na qualidade da água.

----- Interveio o Eng.º João Campos que disse, designadamente:-----

----- “Eu relativamente às perguntas que foram formuladas, a primeira foi pelo Senhor deputado do Partido Socialista de qual a solução mais segura. -----

----- Relativamente a isso, quero reafirmar aquilo que afirmei num parecer à nota técnica que me chegou anteriormente relativamente às duas alternativas, aliás, eram três alternativas, mas uma foi rejeitada liminarmente e, portanto, relativamente às duas alternativas, obviamente que continuo a pensar que a solução dos mastros de transferência é uma solução que tem riscos maiores de construção, mas que, em termos de manutenção, tem menores custos de manutenção. -----

----- A jangada, obviamente que vai requerer, na minha opinião, um acompanhamento, pelo menos no princípio, muito próximo para verificar efetivamente todos os pontos, nomeadamente a questão dos cestos das bombas, a questão do comportamento das bombas de coluna nesta situação em que, as bombas em coluna pressupõem uma verticalidade perfeita e se houver muita ondulação, pode haver algum desgaste diferencial nas peças rotativas. -----

----- Depois, relativamente às válvulas sustentadoras de pressão, como digo, os micro tubos poderão efetivamente ter paragens muito prolongadas, poderão encher-se de depósitos de argila e requerem uma limpeza, pelo menos anual dessas situações e depois deve de ser verificada a articulação entre a jangada e os tubos de elevação. Isto são os pontos que eu, não tenho a certeza do comportamento, mas penso que poderão existir problemas com isso. -----

----- O outro projeto, as bombas estão em baixo bombam normalmente através dos tubos, em princípio, as bombas submersíveis são monitorizadas por uma série de sondas e é possível

antecipar eventuais avarias e tirá-las e verificar o que é que se está a passar, portanto, isto é só o balanço entre as duas situações.-----

-----Quanto à referência se o projeto anterior estava terminado, eu não sei. Eu produzi um parecer sobre uma nota técnica e sobre isto, gostaria de dizer o seguinte:-----

-----Antigamente, um projeto deste tipo tinha três desenvolvimentos diferentes. O primeiro seria um estudo prévio, onde seria avaliada a viabilidade das soluções, haveria depois um anteprojecto onde já haviam, digamos, custos alternativos de execução e incluindo, eventualmente, alguns custos de manutenção previstos e depois havia o projeto de execução só depois de fazer uma aprovação das alternativas. -----

-----Nos últimos anos em que o país teve financiamento através de diversos programas de financiamento, obviamente que a rapidez com que era necessário fazer os investimentos, essas duas primeiras fases, foram de certo modo, abolidas, mas obviamente que não é possível fazer um projeto desta envergadura sem previamente desenvolver critérios alternativos e submetê-los a aprovação do dono de obra. No fundo, as notas técnicas acabam por ser esses dois estádios de desenvolvimento, só que são mais rápidas.-----

-----Eu, de facto, só fiz a análise técnica exclusiva, não vi os aspetos de carácter financeiro, portanto, relacionados com as alternativas, nomeadamente custos de construção e custos de manutenção e, portanto, penso que anteriormente não havia um projeto terminado. Houve, de facto, uma nota técnica e a partir da nota técnica, foi através da ABM que eu emiti o meu parecer.- -----

-----Quanto a saber se existe experiência noutras estações elevatórias como esta. Eu ao longo da minha vida, tive conhecimento de duas instalações muito mais pequenas do que estas, em condições um bocadinho diferentes, porque são jangadas que estão instaladas no meio de rios, onde há efetivamente correntes de fluxo. Uma delas está a funcionar em Aveiro com uma situação mais ou menos protegida da jangada, outra estava no rio Tejo, era da Empresa

Portuguesa de Águas Livres (EPAL) e sei que foi abandonada exatamente por causa das correntes de fluxo, mas também haviam outros problemas como a poluição do Tejo e eles optaram por fazer uma captação da margem com mastros de transferência, do género destes, embora ligeiramente diferentes. -----

----- Acompanhei também um projeto de execução de um sistema parecido, mais pequeno, obviamente, porque aqui estamos a falar de dois a três metros cúbicos por segundo é uma estação, de facto, com alguma dimensão e acompanhei um projeto feito no Alqueva que irá abastecer, um bloco, que é um Bloco de Rega Lucefécit-Capelinhos em que a captação é feita na albufeira do Alqueva. -----

----- É evidente que agora, voltando um bocadinho às alternativas, esta alternativa é a primeira em Portugal destas dimensões vai requerer um período de testagem e aí é que efetivamente começamos a ter toda a certeza das opções que foram tomadas. -----

----- Obviamente que nós podemos-nos precaver de alguns problemas, podemos antecipar alguns problemas, como aqueles que eu tenho vindo a enumerar, mas só de facto, a experiência é que nos vai dizer se efetivamente será uma estação eficiente ou não. -----

----- Quanto ao estudo de impacto ambiental, eu penso que as duas alternativas carecem do mesmo tipo de estudo, ou seja, carecem ou declaração de interesse público municipal ou de estudo de impacto ambiental. -----

----- Queria realçar aqui que isto não deixa de ser uma estrutura complexa e que esta estrutura, obviamente, requer períodos de testagem.” -----

----- Interveio o Senhor Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio que disse o seguinte: “Tenho uma pergunta muito concreta, porque tem havido muita discussão, tem havido muitas explicações, mas dentro da minha cabeça ainda não está totalmente esclarecida a seguinte questão: Vamos supor que, de acordo com o limite estipulado pela APA para o fornecimento de água à agricultura, só pode ir até à cota cento e seis. Vamos supor que,

como aconteceu num ano excecional, possa haver a hipótese de ir até à cota cento e quatro. A partir deste ponto, será apenas e só permitida a captação de água para consumo humano e abeberamento de animais. -----

-----Agora, perante o seguinte cenário, se a faltar a chuva nos próximos anos e que a cota vá baixando da cento e quarto que, entretanto, já foi bloqueada para agricultura, cento e dois, cem, noventa e nove, noventa e cinco, isto pode acontecer, ninguém nos livra que isto não possa acontecer. O sistema atual que está na barragem de Santa Clara permite, perante este cenário, continuar a fornecer água à população e ao abeberamento de animais?”-----

-----Interveio o Eng.º Carlos Chibeles que disse, designadamente: -----

-----“O sistema atual permite ir até à cota cem, mas para ir á cota cem as bombas têm de ser afastadas mais para o interior da albufeira, porque senão à medida que a água vai baixando, as bombas irão assentar no terreno, portanto, deslocizando a estação elevatória para o interior da albufeira permite ir à cota cem. Obviamente e nessa altura, estaríamos a falar só para o abastecimento público e aí estamos a falar, digamos, de abastecimento salvaguardado de 3 anos no máximo.” -----

-----Interveio o Senhor Miguel Monteiro que solicitou cinco minutos para conferência de líderes de Bancada e de um elemento da mesa da Assembleia Municipal face aos esclarecimentos e explicações que tinham sido apresentados. -----

-----Após esta pausa, interveio novamente o Senhor Miguel Monteiro, que fez a seguinte intervenção: “A bancada do Partido Socialista propõem que haja a opção de um voto a favor da declaração de interesse publico municipal para a estação elevatória de Santa Clara, **CONDICIONADO** ao compromisso de execução na integra do “Acordo H2O”, assinado a dezasseis de março de dois mil e vinte e três, pela Câmara Municipal de Odemira, APA, DGADR, AgdA e ABM, em particular salvaguardando alguns pressupostos explanados neste acordo acima citado, como por exemplo a exploração apenas até à cota cento e seis, reforçando

o compromisso com objetivo de recuperar, através de um modelo de gestão sustentável da água, a barragem de Santa Clara à cota cento e dezasseis. -----

----- Este voto condicionado, defende e protege aqueles que aqui representamos, os munícipes de Odemira, e disso nunca abdicaremos. Este voto condicionado sublinha a necessidade de garantir com SEGURANÇA o abastecimento público, em quantidade, regularidade e qualidade em primeiro lugar.-----

----- Reforça ainda a necessidade da APA, CMO e da AgdA se comprometerem a acelerar todas as diligencias junto das respetivas tutelas e parceiros municipais, no sentido de permitir que a AgdA, no prazo de seis anos, possa concretizar a implementação de um novo sistema de captação na albufeira de Santa Clara, adução e tratamento de água para consumo humano dedicado e autónomo desta estação elevatória e da rede de canais! -----

----- Este voto condicionado reafirma a necessidade da APA, DGADR, CMO se comprometerem, até que seja atingida a cota cento e dezasseis, decidir, até final do mês de janeiro de cada ano, quais as dotações que podem ser atribuídas nesse ano para cada tipo de uso no âmbito do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, salvaguardando sempre o princípio de subida da cota de exploração. -----

----- Este voto condicionando pressupõem ainda que a APA, CMO, ABM, AgdA implementem, o mais rápido possível uma rede de estações climatológicas e hidrométricas e um sistema de monitorização que permita, de forma constante, conjunta e integrada, dispor-se de dados mais robustos sobre o balanço hídrico da albufeira, assim como a realização de estudos batimétricos da barragem de Santa Clara.”-----

----- Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados municipais a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto que seguidamente se transcreve: -----

-----DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A ESTAÇÃO

ELEVATÓRIA DE SANTA CLARA – RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-- -----

----- “3 - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE SANTA CLARA - RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO-----

----- Foi presente a informação n.º 266-2024, datada de 12 de janeiro de 2024, proveniente da Divisão de Apoio aos Órgãos Municipais e Assessoria Jurídica, na qual consta que a DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, através do ofício n.º DSR/27569/2023 – P2282/2023, solicitou ao Município de Odemira que seja reconhecido como ação relevante de Interesse Público o projeto da Estação Elevatória de Santa Clara. -----

----- O referido reconhecimento visa a modernização da infraestrutura de captação de água, mantendo a adução a jusante, bem como, a otimização da utilização dos recursos hídricos, garantindo os meios para uma gestão eficiente, em níveis de contingência de escassez de água, ou seja, pretende-se efetuar a instalação de um sistema de captação mais eficaz e coerente com as disponibilidades e necessidades hídricas, equipado com telemetria para monitorização do serviço de adução, que proporcionará maior segurança hídrica aos beneficiários do AHM (Aproveitamento Hidroagrícola), assegurando assim o abastecimento público para consumo humano da população do concelho de Odemira e a sustentabilidade da atividade de regadio, bem como das outras utilizações, devidamente licenciadas nesta massa de água.-----

----- Considerando que o projeto da Estação Elevatória de Santa Clara está localizado no concelho de Odemira com a continuação da ocupação de áreas da REN - Rede Ecológica Nacional, solicitou a DGADR ao Município de Odemira a deliberação favorável ao reconhecimento como ação de RIP - Relevante Interesse Público, por forma a superar as condicionantes relativas a essa restrição de utilidade pública, realçando que o reconhecimento desta ação permitirá o fornecimento estável de água no serviço de captação e distribuição

assegurado nas infraestruturas do aproveitamento Hidroagrícola (AHM), crucial para o desenvolvimento económico e social da região. -----

-----Em face do exposto, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação da Declaração de Interesse Público Municipal para a Estação Elevatória de Santa Clara, bem como, a remessa à Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do n.º 2 do art.º 25º do supracitado diploma para os mesmos efeitos.-----

-----Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.” -----

-----Procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada de forma condicionada, por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto contra da eleita pelo Bloco de Esquerda, dez abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos eleitos pela Coligação Juntos para Cumprir Odemira, e uma abstenção da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

-----O eleito João Quaresma em representação da Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte Declaração de Voto Verbal: “A CDU vota abstenção nesta Declaração de Interesse Público Municipal para a estação elevatória de Santa Clara, considerando que não está totalmente esclarecida no que respeita à temática e denota sérias preocupações com o futuro, em particular com o abastecimento público de água para consumo humano, que para esta força política é prioritário e terá de ser impreterivelmente assegurado conforme a legislação em vigor. --- -----

-----As nossas preocupações prendem-se também com os seguintes aspetos: a real possibilidade da violação do Pacto da Água, aprovado por unanimidade por esta Assembleia Municipal com a permissão da captação de água para fins agrícolas até à cota noventa, consideravelmente abaixo da cota cento e quarto; a evidente divergência de opiniões técnicas, a possível viabilização de projetos pendentes e, por conseguinte, a permissão de novos consumos

para novas culturas; a sustentabilidade em geral do Perímetro Hidroagrícola do Mira e não menos importante, a falta de preocupação ambiental e de qualidade da água. -----

----- A CDU sublinha e rejeita a tentativa de condicionamento por entidades externas da ação dos eleitos deste órgão deliberativo e fiscalizador, a quem compete salvaguardar os interesses do município e promover o bem-estar da população. -----

----- A CDU refere que a assunção de responsabilidades por consequências no futuro, estará nas mãos de quem permitiu a aprovação da referida Declaração de Interesse Público Municipal, pois considera que não são suficientemente os fundamentos apresentados, quando nada evidencia ou prova essa necessidade até à data de hoje, não se conhece a quantidade de sedimentação existente no fundo da albufeira de Santa Clara-a-Velha, no entanto, é conhecida a vontade em baixar a quota da albufeira, sem aferir a priori os potenciais riscos que daí advém. Somos e seremos, por princípio, a favor de modernização de qualquer infraestrutura estratégica para o desenvolvimento e bem-estar da população, sobre o princípio de que esse seja norteadado para benefício comum dessa mesma população.” -----

----- Interveio a Senhora Fernanda Almeida que em representação da Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, apresentou a seguinte Declaração de Voto Verbal: “Apesar de reconhecer o interesse público de uma instalação elevatória da água para consumo na barragem, considero que, apesar dos esforços dos nossos convidados, cuja presença agradeço novamente, não sinto esclarecida, nem quanto à opção técnica, nem às perspetivas futuras de exploração da água e uso da água no concelho de Odemira, pelo que lamenta a ausência das entidades reguladoras que me poderiam esclarecer nesse sentido.”-----

----- Interveio a eleita pela Iniciativa Liberal, que apresentou a seguinte Declaração de Voto Verbal: “Gostaria só de referir que não temos qualquer dúvida relativamente ao interesse deste equipamento para o território Odemirense, temos, no entanto, muitas dúvidas em relação à opção tomada tecnicamente relativamente ao que se vai passar. -----

-----Odemira pauta-se por ser um território democraticamente participativo. Gostamos muito de participar em todas as decisões democráticas que cá tomamos e nesta situação, temos muitas dúvidas relativamente ao processo, todas as ações da DGADR e consideramos que todo este processo foi mal conduzido desde o início.-----

-----Ser uma Direção-Geral a apresentar um projeto que depois uma associação e os seus beneficiários irão pagar a manutenção do mesmo teria obrigatoriamente que implicar que os beneficiários conhecessem o projeto e os custos que essa manutenção lhe será imputada mais tarde. --- -----

-----Só por aí e por os beneficiários que são também Odemirenses não conhecerem o que vão pagar no futuro, parece-nos que este processo não tinha pernas para andar. De qualquer forma, consideramos que há interesse municipal em existir este tipo de equipamento, mas há falhas no processo!” -----

-----A eleita pelo Bloco de Esquerda apresentou uma Declaração de Voto escrita, que seguidamente se transcreve:-----

-----“O Bloco de Esquerda vota Contra no ponto único da Ordem de Trabalhos, relativo à Declaração de interesse Público Municipal para a Estação Elevatória de Santa Clara – Relevante Interesse Público, pelos seguintes motivos:-----

-----1 – Não está comprovado tecnicamente que a solução de jangada apresentada seja a que dá melhores garantias, segundo o único parecer apresentado e com desaprovação pelo antigo técnico da DGADR.-----

-----2- A estação vai permitir retirar água até mais fundo, ou seja, o principal interesse é tirar mais água à barragem, não é ficar pela cota 104 metros como o Ministro do Ambiente cessante prometeu. É mesmo conseguir ir aos 90 metros se for preciso!-----

-----3 – No caso de se conseguir bombear a água à cota 90 metros que garantia de qualidade da água temos para o abastecimento público, se já neste momento estamos a utilizar a

água do volume morto da barragem para abastecer as populações? -----

----- 4 – As obras de impermeabilização e modernização dos canais que deviam ser urgentes e já estar realizadas e teriam permitido poupar 40% da água que sai da barragem, tardam em ser concluídas. Estas obras nos canais deviam ser a grande prioridade da DGADR e da ABMira. -----

----- 5 – O estudo batimétrico prometido e da responsabilidade da Agência Portuguesa de Ambiente (APA) tarda em ser feito. Duvidamos que alguma vez venha a ser realizado, dados os cortes orçamentais que a APA enfrenta! Portanto, que garantia temos de que estamos mesmo na cota estimada dos 108,32 metros (36,3% em dezembro de 2024, dados do SNIRH) neste momento? -----

----- Como sabemos qual o real volume de água na albufeira, se a APA mantém inalterados os valores da cota de armazenamento de água existente na albufeira desde 1969, que não tomam em linha de conta a acumulação de sedimentos? Quando sabemos que este volume de sedimentos acumulados no fundo, em 60 anos da barragem de Santa Clara pode significar uma perda pelo menos 12,5% da capacidade da albufeira.-----

----- 6 – Se vamos apostar numa tecnologia que permite tirar mais água à barragem, e ir mais fundo, quando é que os 116 metros de cota que o Pacto da Água, proposto pela Câmara e parceiros almeja como estável, num futuro precavido, se vão alcançar, quando nos últimos 12 anos o nível da barragem esteve sempre em perda em relação aos anteriores? -----

----- 7 – Enquanto se aposta numa Estação Elevatória que permita extrair água mais fundo na albufeira de Santa Clara, como prioridade absoluta e imediata, estamos a protelar as verdadeiras soluções na gestão sustentável da água do rio Mira, como são: a redução do uso da água por parte da agricultura intensiva, redução das áreas agrícolas no Perímetro de Rega do Mira, reconversão de culturas instaladas de grandes consumidores de água para culturas menos exigentes, ou a adiar as soluções menos interessantes, mas que ainda assim previnem que a

albufeira de Santa Clara fique vazia a curto – medio prazo, como é o caso das promessas da dessalinizadora ou do transvase do Alqueva. -----

-----8 - Face á crise climática instalada de anos hidrológicos com cada vez menos precipitação, sendo o inverno de 2024 a grande exceção, crise essa também agudizada e retro-alimentada pelas más praticas da agricultura intensiva e incêndios florestais, o uso da água que resta na barragem de Santa Clara para produção e exportação de culturas supérfluas e não prioritárias (frutos vermelhos e plantas ornamentais) parece-nos muito pouco providente, para um futuro possível às próximas gerações em Odemira. -----

-----9 – À demanda de água da albufeira de Santa Clara para a agricultura intensiva no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina devemos juntar a cobiça dessa mesma água pelos empreendimentos turísticos e agrícolas no Algarve, já várias vezes referida em planos regionais, pelo que urge a todo o custo preservarmos o volume de água existente na albufeira de Santa clara, enquanto não houver um Plano Nacional coerente para a gestão sustentável dos recursos hídricos. -----

-----10 - Concluímos pois, que o principal Relevante Interesse público desta obra esta sobretudo e diretamente ligado à garantia de água para irrigação da agricultura intensiva, e não com a preocupação do abastecimento público às populações, que é prioritário e deve estar acima de quaisquer outros interesses privados.” -----

-----Interveio o Senhor António Afonso, que disse o seguinte: “Senhora Presidente, permita-me só por breves instantes, fazer algum comentário sobre as votações. Nós tínhamos aqui um objetivo, que era de ficar elucidados. -----

-----Eu assisti aqui a quase um sacudir do capote nestas abstenções, até admito que mais valia terem votado contra, porque se nós temos dúvidas, votamos contra! -----

-----Viemos aqui com o objetivo de sermos esclarecidos, os esclarecimentos foram prestados, pareceu-me que todos entendemos as mensagens, embora tecnicamente possam

surgir algumas dúvidas. O que eu constato é que nem sequer houve a coragem de em algumas matérias de assumir o voto contra e sacudiram a água do capote para terem matéria política.”---

-----Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que novamente agradeceu a presença das entidades convidadas e do público naquela sessão e referiu o seguinte: “Não vos deixei ir embora propositadamente, peço desculpa por este bocadinho, mas apenas porque gostaria de vos dizer que acho estas horas que aqui levámos demonstram que tínhamos realmente muita coisa a questionar, talvez as nossas questões sejam questionáveis, mas são as nossas dentro da nossa humildade e simplicidade, era apenas isto que queríamos ver esclarecido para que pudéssemos, em consciência, decidir e, de facto, as entidades que aqui estão hoje foram aquelas que, assim que foram convidadas, disseram que vinham e eu não podia deixar de vos agradecer e enaltecer, porque neste processo todo, como referi no início, foi tudo isso que não aconteceu e, portanto, vocês são aqueles que quando nós convidámos aqui estavam, e por isso fico-vos profundamente agradecida e julgo que esta Assembleia também. -----

-----Também gostaria de deixar ainda duas mensagens, uma ao Senhor Diretor-Geral que, num concelho como o nosso, com a importância que a agricultura assume, espero que nunca mais vejamos aquilo que se viu até agora, ou seja, é impossível nós falarmos de agricultura, falarmos de agricultores, falarmos perímetro de rega, falaremos de todas estas questões sem termos a capacidade de dialogar com o Diretor-Geral. Não levem a mal, não é, que não considere que não esteja representada a voz a Direção-Geral de Agricultura, mas sabemos e vimos que há coisas que não sabem responder, e muito bem, e é por isso que nós convidamos outras entidades, para além da Direção-Geral de Agricultura. -----

-----Por último, ao Senhor Secretário de Estado gostava de ler e gostava que todos ouvissem aquilo que está publicado no site da Assembleia Municipal de Ourém, porque o Senhor Secretário de Estado também é meu colega e Presidente da Assembleia Municipal de Ourém e vou citar dois parágrafos e que diz assim: “Mensagem do Senhor Presidente da

Assembleia Municipal de Ourém. Estamos a criar uma Assembleia Municipal com a identidade e vida própria, onde pretendemos inculcar o espírito fraterno e de amor por Ourém, aliada a uma Assembleia Municipal de referência na promoção da democracia participada, onde os valores da honestidade, de respeito e de espírito de cooperação com todos os eleitos locais, são a nossa prioridade. Contamos com todos e com cada um de vós na construção de uma democracia participativa.”-----

----- Eu gostava de dizer que também contava com isso e não tive. Gostava de dizer ao meu colega Presidente da Assembleia Municipal de Ourém que, como Presidente da Assembleia Municipal de Odemira, também esperava que conseguíssemos dialogar que houvesse honestidade, respeito e espírito de cooperação com os eleitos locais que somos nós, mas também espero que possamos encontrar-nos em julho de dois mil e vinte e cinco na FACECO, onde possamos falar um bocadinho sobre compromissos que não se assumem e promessas que não se concretizam, portanto, muito obrigado a todos.”-----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a sessão por encerrada pelas vinte horas.-----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Segundo Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----